

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA
PREGÃO Nº 121/2016

PREÂMBULO E DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN CNPJ/MF nº 82.508.433/0001-17 - Inscrição Estadual nº 251.835.880, através de pregoeiro designado pela CASAN, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, torna público que de acordo com Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337 de 5 de julho de 2002, Regulamento aprovado através da Resolução nº 27 de 17 de novembro de 2006, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, realizará processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **Menor Preço**. **REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro efetivo da CASAN, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitacoes-e", constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A.

1. DO OBJETO E SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS

- 1.1. O objeto desta licitação consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DA CASAN** de acordo com as especificações contidas nos **ANEXOS I e II** deste Edital.
- 1.2. **CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS** até **08 / 11 / 2016 às 08:00 horas**.
- 1.3. **INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** **08 / 11 / 2016 às 11:00 horas**.
- 1.4. **SISTEMA e LOCAL:** Sistema Eletrônico do Banco do Brasil - www.licitacoes-e.com.br
- 1.4. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília.
- 1.5. **ENDEREÇO DO ÓRGÃO PROMOTOR DA LICITAÇÃO:** COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - GERÊNCIA DE LICITAÇÕES - DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - Rua Emílio Blum nº 83 - 1º andar - Centro – Florianópolis/SC – CEP 88.020-010 - www.casan.com.br

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. O recurso para pagamento do objeto da presente licitação será proveniente de recursos próprios da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN – contemplado e comprometido no Orçamento 2016, na conta orçamentária 1010101.
- 2.2. O orçamento oficial anual para esta licitação é de **R\$ 4.552.650,00** em **Lote Único**.
- 2.2.1. O orçamento contempla o valor anual de R\$ 4.500.00,00 que será destinado ao pagamento das despesas com **MANUTENÇÃO (PEÇAS PARA MANUTENÇÃO E MÃO DE OBRA/MANUTENÇÃO)** da frota, podendo este valor sofrer alterações mediante situações futuras relacionadas ao número de sistemas atendidos pela Cia (acréscimo e/ ou decréscimo) que refletem diretamente no porte da frota e, por conseguinte, nas despesas com manutenção.
- 2.2.2. O orçamento contempla o valor anual de R\$ 52.650,00 que representa a **TAXA DE ADMINISTRAÇÃO** de **1,17%** que será licitada. O licitante deve ofertar a **TAXA DE ADMINITRAÇÃO** a ser contratada.
- 2.2.3. A tabela abaixo demonstra o orçamento oficial para essa licitação. Os valores Unitários, Totais e Globais para esta licitação encontram-se detalhado no **ANEXO I – Planilha de Preço**.

Item	Descrição	Valor de Referência
1	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	R\$ 2.500.000,00
2	MÃO DE OBRA / MANUTENÇÃO	R\$ 2.000.000,00
Subtotal		R\$ 4.500.000,00
	TAXA DE ADMINITRAÇÃO (1,17%)	R\$ 52.650,00
TOTAL		R\$ 4.552.650,00

- 2.3. A **Taxa de Administração** será fixa e irrevogável durante os primeiros 12 (doze) meses de contratação. Após, a revisão será conforme a variação do valor e da quantidade de créditos a serem disponibilizados, mantendo-se fixa ou reduzida a Taxa de Administração durante a vigência do contrato.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

- 3.2. Cada empresa apresentará uma só proposta para cada lote, não sendo admitidas propostas alternativas.

3.3. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 3.3.1. Se a vencedora do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, a documentação de regularidade fiscal deverá ser na forma do **ITEM 7** deste edital, mesmo que contenha restrição.

- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- b) A não-regularização da documentação, no prazo de 05 (cinco) dias previsto no § 1º do Art. 44, da LC 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar o Pregão.

- 3.3.2. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

- a) Entende-se por empate a situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

- 3.3.3. Para efeito do disposto no Art. 44 da LC 123/06, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta de preço inferior àquela registrada no sistema como arrematante do certame, situação em que passará a condição de arrematante.
- b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do *caput* do Art. 44, da LC 123/06 serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do Art. 44 da LC 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do Art. 44 da LC 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- d) Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no *caput* do Art. 44 da LC 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- e) O disposto no Art. 44 da LC 123/06, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

- 3.4. **Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:**

- 3.4.1. Estejam constituídos sob a forma de Consórcio;

- 3.4.2. Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária de contratar com a Administração Pública da União, Estados, Municípios e respectivas entidades da Administração Indireta.

- 3.4.3. Empresas declaradas inidôneas em qualquer esfera da Administração Pública;

- 3.4.4. Estejam sob falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, dissoluções ou liquidações;

3.4.5. Tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal.

3.4.6. Tenham funcionário ou membro da CASAN, mesmo subcontratados, como dirigentes.

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE COMPRAS ELETRÔNICAS

4.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País. O processo de credenciamento será iniciado pelo fornecedor, através do endereço **www.licitacoes-e.com.br**. Posteriormente, deverá comparecer pessoalmente, a uma das agências por ele indicada, do Banco do Brasil S.A., sediado no País, para comprovação das informações e recebimento da senha.

4.1.1. Eventuais dúvidas para obtenção da senha deverão ser solicitadas pelo telefone 3003-0500 Capitais e Regiões Metropolitanas e 0800-7290500 – Demais Localidades.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema deverá acontecer no prazo de até 03 (três) dias úteis antes do limite para apresentação das propostas iniciais.

4.3. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no **“Licitações-e”**.

4.4. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a CASAN ou ao Banco do Brasil S.A., a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

5.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando então encerrar-se-á automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

5.2. DO PREÇO

5.2.1. É obrigatório o licitante **preencher no sistema o campo “Valor Total do Lote”**, observadas as seguintes condições:

5.2.1.1. A proponente deverá cotar o valor, com 2 (duas) casas decimais. Por se tratar de uma licitação onde **será ofertado o percentual de taxa de administração** sobre o valor estimado da presente licitação, foi estabelecida uma tabela de conversão onde a menor proposta em real (R\$) corresponderá ao menor percentual, tendo em vista que o sistema eletrônico é projetado para eleger como vencedora a menor proposta em reais (R\$). Assim, as propostas, bem como lances, deverão utilizar o valor simbólico, correspondente ao percentual de desconto, conforme exemplo a seguir:

POSITIVA		NEGATIVA	
Taxa de Administração (%)	Valor em R\$	Taxa de Administração (%)	Valor em R\$
1,17%	101,17	- 0,50%	99,50
1,00%	101,00	- 1,00%	99,00
0,50%	100,50	- 1,50%	98,50
0,00%	100,00	- 5,00%	95,00

5.2.1.2. Qualquer valor diferente de R\$ 100,00 corresponderá ao percentual da taxa de administração ofertada, **positiva** ou **negativa**.

Exemplos:

Exemplo 1 - valor simbólico de R\$ 101,17 equivale ao percentual de taxa de administração (positiva) de 1,17% por cento.

Exemplo 2 - valor simbólico de R\$ 100,00 equivale ao percentual de taxa de administração de 0,00% (zero) por cento.

Exemplo 3 - valor simbólico de R\$ 99,00 equivale ao percentual de taxa de administração (negativa) de 1,00% por cento.

5.2.1.3. No valor cotado deverão estar inclusos todos os custos incidentes direta e indiretamente sobre a prestação dos serviços, tais como: mão-de-obra, viagens, encargos sociais e trabalhistas, equipamentos, acessórios, instalações, bem como todos os tributos e encargos, seguro e quaisquer outras despesas que possam recair sobre os serviços objeto desta licitação.

5.2.1.3.1. Em caso de proponente micro empresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), optante do simples nacional esta deverá considerar em sua proposta a alíquota de imposto incidente com base no faturamento acumulado dos últimos 12 meses anteriores e a sua forma de tributação.

5.2.1.4. Após a disputa a Proposta será considerada classificada se o valor ofertado for igual ou inferior a R\$101,17, que corresponde a um percentual de 1,17%. Constatando-se, após a disputa, valor superior a R\$101,17 aplicar-se-á a regra do **item 8.2** do Edital.

5.3. O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.4. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital. O fornecedor será responsável formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.6. O licitante poderá encaminhar no Sistema Eletrônico, caso julgue necessário, arquivo anexo através da opção DOCUMENTOS, em arquivos no formato zip-file (*.zip), quando do envio da proposta de preços. O nome do arquivo deverá iniciar com a palavra Anexo (ex.: Anexo1.zip). O licitante poderá encontrar informações sobre este procedimento no Portal www.licitacoes-e.com.br, Link Regras do Jogo, realizando o download da Cartilha do Fornecedor.

5.6.1. Quando o arquivo a ser anexado exceder o limite de 500Kb, o licitante deverá fracionar em quantas partes forem necessárias, cada parte com no máximo 500Kb, e assim postar no site com o nome do anexo (ex.: Anexo1, Anexo2, ...)

5.7. A validade de proposta será de, no mínimo, **60 (sessenta) dias** contados a partir da **data de abertura das propostas**.

6. DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

6.1. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do(a) pregoeiro(a) com a utilização de sua chave de acesso e senha.

6.2. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

6.3. O(a) pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas para cada Lote, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

6.4. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.

6.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a) para cada Lote, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

6.7. Classificadas as propostas, o(a) pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

- 6.8. No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.10. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.11. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.12. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.
- 6.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do(a) pregoeiro(a).
- 6.14. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.15. Após o encerramento da etapa de lances de sessão pública, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso para o Lote, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
- 6.16. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.17. No caso de desconexão do(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.18. Quando a desconexão do(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, através de “Chat” do Pregão disponibilizado pelo site Licitações-e.
- 6.19. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- 6.20. Encerrada a etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar para cada Lote quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação.
- 6.20.1. Para a correta aceitação de sua proposta o licitante, melhor classificado, deverá encaminhar após a fase de lances a proposta atualizada conforme modelo constante do **ANEXO I** via e-mail (pregao@casan.com.br) sob pena de desclassificação (para aquele que não fornecer o solicitado).
- 6.21. **HOMOLOGAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO**
 - 6.21.1. A proponente melhor classificada deverá, no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis** após a fase de lances, demonstrar de forma prática, por meio de microcomputador, as funcionalidades do sistema, onde será analisado e exigido o cumprimento da especificação técnica do sistema, de acordo com o **Termo de Referência (ANEXO II), itens 3.3 e 3.9**, ciente de que o não atendimento das especificações exigidas acarretará na sua desclassificação.
 - 6.21.2. A demonstração será realizada no prédio da CASAN, sala de reuniões da Divisão de Licitações, localizada na Rua Emilio Blum, 83, Centro, Florianópolis/SC – CEP 88.020-010 – e deverá ser agendada previamente com o Pregoeiro - via e-mail pregao@casan.com.br
 - 6.21.3. A homologação do sistema será mediante parecer fundamentado da área técnica solicitante conforme análise objetiva dos itens **3.3 e 3.9 do Termo de Referência (ANEXO II)**.
- 6.22. O não cumprimento da etapa estabelecida no **item 6.21**, ensejará na desclassificação da proponente e por consequência no chamamento da próxima classificada.

- 6.23. A(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) Lote(s) encaminhará(ão) imediatamente após o encerramento da disputa, via e-mail (pregao@casan.com.br) cópia dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ITEM 7) E A PROPOSTA DE PREÇOS**

conforme modelo constante do ANEXO I. Os novos preços unitários devem ser calculados considerando-se o mesmo percentual de redução do valor do Lote após a fase de lances.

- 6.24. A(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) Lote(s) encaminhará(ão), A PROPOSTA e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ITEM 7) em original ou cópia autenticada. Os documentos devem chegar ao endereço descrito no ITEM 1.5 em até 3 dias úteis, sob pena de eliminação do certame.

7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser autenticada na Gerência de Licitações (GLI) até o dia anterior a data fixada para recebimento e abertura da documentação e proposta, mediante conferência com os originais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis. Serão aceitos comprovantes de regularidade fiscal, obtidos na internet, condicionado a que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo Pregoeiro, na fase de habilitação.

Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Exceto, aqueles documentos emitidos em nome da Matriz com abrangência para todas as filiais.

Para as Certidões em que não constar prazo de validade será considerado o prazo de 60 dias de vigência, contadas da data de sua emissão.

7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 7.1.1. As participantes, em se tratando de sociedades comerciais deverão apresentar o respectivo Contrato Social e todas as suas alterações subsequentes, devidamente registrados no órgão de registro do comércio no local de sua sede, ou, o respectivo instrumento de consolidação contratual em vigor com as posteriores alterações, se houver;
- 7.1.2. As participantes, em se tratando de sociedades civis, deverão apresentar os seus respectivos Atos constitutivos e todas as suas alterações subsequentes, em vigor, devidamente inscritos no Registro Civil (Cartório) acompanhados de prova da diretoria em exercício;
- 7.1.3. As participantes, em se tratando de sociedades por ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores;
- 7.1.4. O Certificado de Registro Cadastral (CRC) da CASAN, atualizado, poderá ser apresentado para fins de HABILITAÇÃO JURÍDICA (ITEM 7.1).

7.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 7.2.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda.
- 7.2.2. Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.
- 7.2.3. Certidão Negativa de Débitos Estaduais.
- 7.2.4. Certidão Negativa de Débitos Municipais. No caso de Municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros.
- 7.2.5. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.
- 7.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

7.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 7.3.1. As participantes deverão apresentar **Atestado de Execução de Serviços** emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando já ter executado **contrato de gerenciamento de manutenção de no mínimo 392 (trezentos e noventa e dois) veículos automotores por no mínimo (um) ano**, pertinente e compatível com as **Especificações Técnicas** descritas no **ANEXO II**. O atestado deverá ser emitido em papel timbrado da emitente, datado, assinado, contendo as seguintes informações:
- O cumprimento do prazo de Execução dos Serviços;
 - O quantitativo Executado;
 - A especificação técnica detalhada do Serviço

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

- 7.4.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da licitante, no prazo de 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura das propostas.
- 7.4.2. A Proponente deverá comprovar ter **Capital Mínimo de 10%** do orçamento máximo (**ITEM 2.2**) para esta licitação, mediante certidão expedida pela Junta Comercial do Estado há menos de 06 (seis) meses da data fixada para abertura do envelope de habilitação desta licitação.

7.5. DECLARAÇÕES

- 7.5.1. Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de habilitação, na forma do § 2º do artigo 32 da Lei 8.666/93 (**ANEXO III – MODELO 1**).
- 7.5.2. Declaração da Proponente de Cumprimento do Art. 7º Inciso XXXIII da Constituição Federal (**ANEXO III – MODELO 2**).

7.6. MICROEMPRESA - ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP

- 7.6.1. Certidão expedida pela Junta Comercial comprovando a sua condição de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, no prazo de 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura das propostas.
- 7.6.2. A Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP deverá apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 8.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR ÍNDICE PERCENTUAL POR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, observados os prazos, as especificações técnicas e demais condições definidas neste Edital, sendo que os lances deverão ser expressos em Reais (R\$) que corresponderá ao índice percentual ofertado conforme critérios definidos no **item 5.2 (DO PREÇO)**.
- 8.1.1. Na Taxa ofertada deve estar incluso todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros pertinentes ao fornecimento do objeto, bem como taxas, impostos, fretes e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o(s) mesmo(s), ficando desde já a CASAN, excluída de qualquer solidariedade passiva por eventuais ações.
- 8.2. Encerrada a sessão de disputa, não serão aceitas propostas com TAXA DE ADMINISTRAÇÃO superior a **1,17%** (um vírgula dezessete por cento positivos), sendo a empresa desclassificada.
- 8.3. No julgamento das propostas, a CASAN se reserva o direito de solicitar esclarecimentos considerados pertinentes.
- 8.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.5. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital nem preços ou vantagem baseada nas ofertas das demais proponentes.
- 8.6. Não será admitida proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando comprovado conforme disposto no artigo 44, § 3º, da Lei nº 8.666/93.
- 8.7. As propostas serão conferidas pela CASAN para determinar erros aritméticos nas operações. Os erros serão corrigidos da seguinte forma:
- a) Quando houver discrepância entre os valores unitários e os totais, resultante de erro de multiplicação de quantidade por valores unitários, prevalecerão os preços unitários, sendo o valor total corrigido.
- 8.8. Será considerada vencedora da licitação a proponente que apresentar a proposta de acordo com as condições do Edital e ofertar Menor Preço por **Lote**, antes da equalização do ICMS, e após a realização de lances e classificação.
- 8.9. Nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. O critério de desempate corresponde àquelas situações em que as propostas ou os lances apresentados durante a disputa em sala virtual

pelas **ME** ou **EPP** sejam iguais ou até **5%** (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada após a disputa em tempo randômico na sala virtual de disputa, respeitado o disposto no **SUBITEM 3.3.3** do edital.

- 8.10. Se a proposta para o Lote não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.11. Quando constatado pelo Pregoeiro preços inexequíveis, será requisitado à licitante, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a apresentação de planilha e/ou documentos que comprove os custos dos insumos utilizados.
- 8.12. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor do Lote.

9. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 9.1. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal.
- 9.2. O prazo de impugnação do Edital será de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública. No citado prazo, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.
- 9.3. Caberá ao(a) pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, decidir sobre a impugnação.
- 9.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

10. RECURSOS

- 10.1. O interesse do licitante em interpor recurso deverá ser manifestado por intermédio do sistema eletrônico, no lote pelo qual o proponente está participando, até 24 horas após a “Declaração do Vencedor”. No prazo de até 03 (três) dias após a manifestação, o recurso deverá ser encaminhado pelo correio para o endereço indicado no **ITEM 15** deste Edital, com cópia digitalizada para o e-mail pregao@casan.com.br. Ficarão os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões na mesma forma citada acima em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 10.2. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.3. No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.4. Não será concedido prazo para recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 10.5. Os recursos contra decisões do(a) Pregoeiro(a) não terão efeito suspensivo.
- 10.6. Os recursos deverão ser endereçados ao(a) Pregoeiro(a).

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 11.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Diretoria Executiva da CASAN adjudicará o objeto de cada Lote e homologará o procedimento licitatório.

12. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 12.1. A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura de instrumento particular de contrato, sendo parte integrante do mesmo, como se transcritos estivessem, o presente Edital, os documentos, proposta e informações apresentadas pelo Licitante vencedor e que deram suporte ao julgamento da licitação.
- 12.2. Após a publicação da homologação e findo o prazo recursal, a CASAN convocará o adjudicatário da licitação para assinar o Termo de Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, sob pena de decair o seu direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **ITEM 14** deste ato convocatório.
 - 12.2.1. No ato da assinatura do contrato, o representante legal da empresa adjudicatária deverá entregar a GLI/DICON, cópia atualizada do Contrato Social e procuração com poderes para firmar contrato, bem como, quando exigido, comprovante do recolhimento de garantia contratual equivalente a 5% do valor do contrato, nos termos da Cláusula de **GARANTIA** da Minuta do Contrato.

- 12.3. A empresa convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do contrato, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegada justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela CASAN.
- 12.4. **Havendo recusa injustificada por parte do Licitante vencedor, de assinatura do contrato, a CASAN cominará multa a empresa no valor equivalente a 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor total da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e neste Edital.**
- 12.5. Transcorrido o prazo sem que o contrato seja assinado, a CASAN poderá, a seu critério, convocar os Licitantes remanescentes, obedecidas à ordem de classificação, para assinar contrato ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das sanções previstas neste Edital.
- 12.5.1. Se no ato de Assinatura do Contrato a empresa Convocada não cumprir com as condições estabelecidas para o ato, ou não comparecer ao chamado da CASAN, ficará a critério da CASAN convocar o próximo licitante mais bem classificado para realizar negociação de Preço nas condições previstas no Edital, objetivando a melhor proposta.

13. DO CONTRATO

13.1. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 13.1.1. O Prazo de Execução do contrato será de **365 dias corridos**, a partir da data do recebimento da Autorização Contratual (AC), que coincidirá com a data da assinatura do contrato, expedida pela Divisão de Convênios e Contratos da CASAN. Este prazo poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a sessenta meses, de acordo com o previsto no inciso II e § 2º do Art. 57, da Lei nº 8.666/93.
- 13.1.2. O(s) Serviço(s) objeto da presente licitação, será(ão) solicitado(s) através de **Autorização de Fornecimento (AF)** e os cartões para gerenciamento da manutenção dos veículos deverão ser entregues na **GAD/DITRA localizada na Rua Quinze de Novembro, 230, Balneário, Florianópolis/SC – CEP: 88.075-220.**
- 13.1.3. Os serviços serão executados, por intermédio do sistema de gerenciamento da manutenção, na rede de estabelecimentos credenciados pela contratada.
- 13.1.4. Os serviços deverão ser executados e concluídos em um prazo de até **365 dias corridos** após a assinatura do Contrato.
- 13.1.5. Os serviços somente serão recebidos se executados em conformidade com as especificações estabelecidas no **ANEXO II (Termo de Referência)**, e demais especificações e exigências do presente edital e após atestado pelo Fiscal do Contrato.
- 13.1.6. NÃO será permitida a SUBCONTRATAÇÃO dos serviços, objeto do Contrato.

13.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.2.1. Obedecer rigorosamente aos prazos e o local de entrega, bem como às especificações do produto, objeto deste Edital.
- 13.2.2. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CASAN e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações.
- 13.2.3. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CASAN, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Edital.
- 13.2.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- 13.2.5. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 13.2.6. A contratada, após a assinatura do contrato, **deverá apresentar ao Gestor do Contrato a Rede Credenciada** conforme disposto abaixo:
- 13.2.6.1. **Em até 10 (dez) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura do Contrato, deverão estar credenciados estabelecimentos que atendam, no mínimo, **30% (trinta por cento)** das Unidades Operacionais constantes do **Apêndice A**, observada a regra estabelecida no item **4.1. do Termo de Referência (ANEXO II)**.

- 13.2.6.2. Em até 20 (vinte) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura do Contrato, deverão estar credenciados estabelecimentos que atendam, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** das Unidades Operacionais constantes do **Apêndice A**, observada a regra estabelecida no **item 4.1. do Termo de Referência (ANEXO II)**.
- 13.2.6.3. Em até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura do Contrato, deverão estar credenciados estabelecimentos que atendam, no mínimo, **80% (oitenta por cento)** das Unidades Operacionais constantes do **Apêndice A**, observada a regra estabelecida no **item 4.1. do Termo de Referência (ANEXO II)**.
- 13.2.6.4. Em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura do Contrato, deverão estar credenciados estabelecimentos que atendam, no mínimo, **100% (cem por cento)** das Unidades Operacionais constantes do **Apêndice A**, observada a regra estabelecida no **item 4.1. do Termo de Referência (ANEXO II)**.
- 13.2.6.5.** Em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos a partir do recebimento da comunicação (via e-mail ou dispositivo equivalente) da CONTRATANTE, deverão ser efetuados os novos credenciamentos motivados pela expansão da frota ou de Unidade Operacional.
- 13.2.6.6.** No prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá descredenciar estabelecimentos que venha a desatender às exigências regulamentares para funcionamento e emissão dos documentos fiscais, credenciando um novo estabelecimento que demonstre cumprimento de tais exigências.

13.2.7. O não cumprimento das etapas estabelecidas no **item 13.2.6** ensejará em aplicação de penalidades previstas em lei.

13.3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.3.1. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, nas condições estabelecidas no Edital.

13.4. DO PAGAMENTO

13.4.1. O pagamento será efetuado após o aceite das Notas Fiscais conforme prazo e condições definidos no **item 7 do Termo de Referência (ANEXO II)**. Caso forem detectados problemas quanto à Execução do Objeto, verificados pelo Fiscal do Contrato, o prazo de pagamento iniciará sua contagem após a regularização.

13.4.1.1. O contrato vigorar por meio da Taxa de Administração, positiva ou negativa, que poderá ter até duas casas decimais, e o seu desembolso ocorrerá da seguinte forma:

a) Quando Positiva: A CASAN pagará mensalmente, pela prestação dos serviços objeto deste contrato, a título de Taxa de Administração, o percentual definido na etapa de lances, do valor disponibilizado no mês decorrente das despesas apuradas consoante ao objeto do contrato.

b) Quando Negativa: A CASAN receberá da CONTRATADA mensalmente, desconto pela prestação dos serviços objeto deste contrato, a título de Taxa de Administração, o percentual negativo definido na etapa de lances, do valor disponibilizado no mês decorrente das despesas apuradas consoante ao objeto do contrato.

13.4.2. A CASAN não efetuará o pagamento de títulos descontados ou através de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros através de operação de "factoring".

13.4.3. Os pagamentos devidos pela CASAN serão liquidados através de crédito em conta corrente do favorecido, na Caixa Econômica Federal – CEF.

13.4.3.1. Nos Municípios onde não estiverem instaladas Agências da CEF, os pagamentos devidos poderão ser realizados através do Banco do Brasil – BB, ou, na falta deste, em qualquer Instituição Privada.

13.4.4. No ato do pagamento, se houver sido imposta qualquer multa o valor correspondente será deduzido da quantia devida.

13.4.5. Será exigida do Licitante vencedor, quando da apresentação das faturas, a apresentação da Certidão de Quitação com a Fazenda Estadual de Santa Catarina e, também, a Certidão de Quitação com a Fazenda Estadual do Estado sede da empresa que não possuir estabelecimento em Santa Catarina, conforme Decreto Estadual nº 3.650 de 27 de maio de 1993, com as alterações, do Decreto Estadual nº 3.884 de 26 de agosto de 1993, em seu original ou em cópia autenticada por cartório. Os documentos apresentados em cópia não autenticada poderão ser autenticados por funcionário da CASAN, mediante apresentação dos originais.

13.4.5.1. A não apresentação dos documentos exigidos no **SUBITEM 13.4.5** implicará automaticamente, na suspensão do pagamento das faturas.

13.4.5.2. Será dispensada a apresentação de nova Certidão Negativa quando ocorrer outro pagamento dentro do prazo de validade da Certidão Negativa anteriormente apresentada.

13.4.6. Do Código Tributário Municipal (ISS)

13.4.6.1. Quando o ISS (imposto sobre o serviço) for para o Município onde a CASAN não seja solidária por substituição tributária, conforme relação constante no endereço www.casan.com.br/licitacao, a contratada deverá apresentar cópia autenticada (em cartório) da inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza e guia do recolhimento do tributo, nos municípios onde os serviços serão prestados, quitada e autenticada (cartório).

13.4.6.2. A não apresentação do que exige a **SUBITEM 13.4.6.1** o tomador dos serviços fará a retenção na fonte e repassará ao município correspondente.

13.4.6.3. O prestador deverá discriminar na nota fiscal de serviços, ou em anexo as seguintes informações: Município, Valor do serviço prestado no município, Código do serviço, Alíquota (%) e Valor do ISS.

13.4.6.4. Quando o ISS (imposto sobre o serviço) for para o município onde a CASAN seja solidária por substituição tributária, o ISS será retido na fonte.

13.4.6.5. A base de cálculo do ISS é o custo do serviço em sua totalidade, não devendo ser deduzido o valor dos materiais adquiridos de terceiros.

13.4.7. A CASAN pagará por eventuais atrasos de pagamento, encargos financeiros, conforme o disposto no artigo 117, caput, da Constituição Estadual/SC.

13.5. O CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO NOS SEGUINTE CASOS:

13.5.1. Nos termos previstos nos Artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e nos moldes definidos na Minuta do Contrato anexo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

13.5.2. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.5.3. No descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

13.5.4. **A rescisão do contrato, com base no SUBITEM 13.5.3, sujeita à CONTRATADA a multa rescisória de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, independentemente de outras multas aplicadas por infrações anteriores.**

13.5.5. Na aplicação destas penalidades e demais previstas neste instrumento serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A empresa que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública, e ainda será descredenciada do sistema de cadastramento da CASAN, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.2. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

14.3. Conforme o caso poderão ser aplicadas as seguintes Sanções sem prejuízo da reparação dos danos causados:

- a) Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- b) Multa de 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso no cumprimento da execução do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) do valor da nota fiscal e de reajuste, se houver.
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a CASAN pelo prazo de até 05 (cinco) anos, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

- 14.4. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- 14.5. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na referida Lei e suas alterações posteriores, garantido o direito ao contraditório e defesa.
- 14.6. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da conclusão dos Serviços, advir de caso fortuito ou motivo de força maior, ambos aceitos pela CASAN.
- 14.7. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de **5 (cinco) dias** úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93.

15. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

- 15.1. Observando o prazo de até **02 (dois) dias** úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer interessado poderá formular consultas por e-mail, informando o número e objeto da licitação.
- 15.1.1. **Contato: Gerência de Licitações. E-mail: pregao@casan.com.br. Telefone: (48) 3221-5213. Endereço: Rua Emílio Blum nº 83 - 1º andar - Centro - Florianópolis, CEP 88.020-010.**

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1. Antes da elaboração das propostas, os interessados deverão analisar todos os elementos que compõem o presente Edital. No caso de eventuais dúvidas poderão requerer, por e-mail (pregao@casan.com.br) à CASAN, os esclarecimentos necessários em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, os quais serão decididos pelo Pregoeiro(a) no prazo de 24 horas antes da abertura da sessão, publicados através do site www.casan.com.br e www.licitacoes-e.com.br.
- 16.2. A CASAN reserva-se ao direito de modificar, anular ou revogar a licitação, no todo ou em parte, resguardada os limites do artigo 49, caput, da Lei 8.666/93 e seus parágrafos, bem como por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A CASAN poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- 16.3. É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele(a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 16.4. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.5. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, respeitado o disposto no §1 do Art. 109 da lei 8.666/93.
- 16.6. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a) a luz da legislação pertinente.
- 16.7. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.
- 16.8. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:
- | | |
|-----------|--|
| ANEXO I | PLANILHA DE PREÇO - MODELO DE PROPOSTA DETALHADA |
| ANEXO II | TERMO DE REFERÊNCIA (APÊNDICE A e APÊNDICE B) |
| ANEXO III | DECLARAÇÕES |
| ANEXO IV | MINUTA CONTRATUAL |
- 16.9. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o(a) Pregoeiro(a).

Florianópolis, 24 de outubro de 2016.

Arnaldo Venício de Souza
DIRETOR ADMINISTRATIVO

Adolfo Curotto Martins
PREGOEIRO

ANEXO I - PLANILHA DE PREÇO

MODELO DE PROPOSTA DETALHADA DO PREGÃO n.º 121/2016

Item	Descrição	Valor de Referência
1	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO	R\$ 2.500.000,00
2	MÃO DE OBRA / MANUTENÇÃO	R\$ 2.000.000,00
Subtotal		R\$ 4.500.000,00
	TAXA DE ADMINITRAÇÃO (1,17%)	R\$ 52.650,00
TOTAL		R\$ 4.552.650,00

Declaração de Plena Aceitação dos Termos do Edital e Execução do Objeto Conforme as Exigências do Edital.

A (Razão Social da Empresa) , CNPJ nº , com endereço à , declara que concorda inteiramente com as condições do EDITAL de PREGÃO Nº 121/2016 (seus respectivos Anexos e Esclarecimentos) sobretudo com as seguintes exigências:

1. Prazos de entrega, local de entrega, e demais condições comerciais se existirem (como garantia, prazo de validade condições de montagem e/ou manutenção e outros);
2. **Responsabiliza-se** com a entrega/execução do material/serviço **exatamente** como exigido nas especificações técnicas e condições comerciais do Edital (seus respectivos Anexos e Esclarecimentos).
3. Para fins de execução contratual, entrega do objeto, **fiscalização e gestão** do contrato (sobretudo condições comerciais e especificações técnicas) **será pautada** no Edital seus respectivos Anexos e Esclarecimentos.

A validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias a partir da data de abertura do envelope de proposta de preços (podendo ser prorrogada desde que solicitada pela Administração e aceito pela proponente).

Informações Tributárias

A (Razão Social da Empresa) , declara plena ciência da Lei Nº 4.729, de 14/07/1965 que define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências. Declara ciência que a CASAN é contribuinte do ICMS.

CNPJ do Local de Faturamento - / -

Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE

CNAE principal

CNAE Secundário

Informar:

- a) Em qual Estado da Federação a Empresa Contratada será faturado contra a CASAN:
- b) O Documento Fiscal Emitido vai vir destacada a base de cálculo do ICMS: () SIM - () NÃO - () NÃO SE APLICA
- c) O Documento Fiscal vai vir destacado valor do ICMS Substituição: () SIM - () NÃO - () NÃO SE APLICA
- d) O Documento Fiscal vai vir destacado o valor do IPI: () SIM - () NÃO - () NÃO SE APLICA
- e) A Empresa é Optante pelo Simples Nacional: () SIM - () NÃO
- f) Qual o CST (Código de Situação Tributária) que vai ser destacado no faturamento por item: ou () NÃO SE APLICA
- g) Qual a alíquota do ICMS a ser aplicada por item: / () NÃO SE APLICA
- h) Número do NCM/SH (Nomenclatura Comum do Mercosul) por item: / () NÃO SE APLICA
- i) Se o produto adquirido é Produto Químico: () SIM - () NÃO - () NÃO SE APLICA

***A falta de informação da exigência não gera desclassificação da licitante, entretanto, a proponente que não informar, deverá encaminhar em até 3 dias úteis.**

Local e data: , de de 20 .

 (Assinatura e identificação do responsável pela empresa)

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS DA CASAN

1. OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por finalidade definir o conjunto de especificações técnicas referente à prestação de serviço de gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva dos veículos e equipamentos hidráulicos, por meio de sistema informatizado que contemple todas as despesas efetuadas, incluindo a realização dos serviços e a substituição e fornecimento de peças e acessórios para a CASAN.

2. DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços a serem contratados abrangem o gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores e equipamentos, com a utilização de sistema informatizado, incluindo o fornecimento de peças e serviços, atendendo os requisitos abaixo:

2.1.1. A CONTRATADA deverá operar por meio de **rede credenciada**, com a quantidade mínima de estabelecimentos por Unidade Operacional, conforme **Apêndice A** desta Especificação Técnica.

2.1.1.1. Entende-se por rede credenciada os estabelecimentos comerciais (oficinas especializadas, oficinas multimarcas, concessionárias e prestadores de serviços congêneres) aptos a prestarem serviços de manutenção dos veículos e atividades afins.

2.1.2. As **especialidades** a serem atendidas pela rede credenciada são:

- a) Mecânica Geral – Motocicletas (mecânica e elétrica);
- b) Mecânica Geral – Leves (mecânica e elétrica);
- c) Mecânica Geral – Pesados (mecânica, elétrica e hidráulica de equipamentos operacionais e máquinas retroescavadeiras);
- d) Lanternagem e Pintura – Leves;
- e) Lanternagem e Pintura – Pesados;
- f) Lanternagem e Pinturas – Implementos rodoviários;
- g) Lanternagem e Pinturas – Equipamentos operacionais
- h) Manutenção Leve/Serviço Expresso;
- i) Montagem de Pneus, Cambagem, Alinhamento de Direção e Balanceamento de Rodas, recapagem de pneus - leves e pesados;
- j) Aplicação de Peças, Partes, Componentes e Acessórios - leves e pesados;
- k) Serviço Elétrico e de Baterias;
- l) Serviço de Lavação de Veículos leves;
- m) Serviço de Lavação de Veículos pesados;
- n) Serviço de Borracharia de Veículos leves;
- o) Serviço de Borracharia de Veículos pesados;
- p) Serviço de Guincho;
- q) Reparos em Carrocerias e Baús de Veículos Pesados;
- r) Capotaria/Tapeçaria/Estofaria (reparo de estofamento, volante, forração interna).

2.1.2.1. A tabela a seguir apresenta, em linhas gerais, rol explicativo dos serviços a serem executados:

Mecânica Geral	Consiste em serviços de mecânica e motor, retífica, caixa de câmbio, caixa de direção, carburação e/ou bomba injetora e refil, injeção, velas, bamba e bicos injetores, turbina, sistema de freios e embreagem, manutenções em sistemas hidráulicos e outros serviços afins.
Lanternagem	Consiste em serviços de troca e/ou conserto de lataria, assoalhos, parachoques, carrocerias em alumínio (tipo baú), solda em geral e outros serviços afins. Estão aqui também compreendidos os serviços de recuperação de baús de motocicletas, confeccionados em fibra de vidro.

Pintura/Estufa	<p>Consiste em serviços de pintura automotiva, externa ou interna, com polimento, enceramento e/ou faixa de identificação do veículo, com secagem rápida, identificação visual e adesivagem de caracterização dos veículos e outros serviços afins.</p> <p>OBS: A identificação visual e a adesivagem deverão obedecer aos critérios estabelecidos no Guia de Comunicação Visual da CASAN, que será fornecido à Contratada por ocasião da assinatura do instrumento contratual.</p>
Capotaria/Carpintaria	<p>Consiste em serviços de substituição ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo, incluindo tapeçaria, bem como a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e outros serviços afins.</p> <p>Estão aqui também compreendidos os serviços de recuperação do revestimento interno de madeira dos veículos de carga.</p>
Sistema Elétrico	Consiste no serviço de substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos, revisão do sistema de sinalização, e outros serviços afins.
Sistema Hidráulico	Consiste em serviço de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção e outros) e equipamentos operacionais.
Borracharia Completa	Consiste em remendos, em pneus com e sem câmara de ar, troca de pneus, câmaras de ar, colocação de rodas, calotas e outros serviços afins.
Balanceamento, Alinhamento e Cambagem	Consiste em serviços de regulagem do sistema de rodagem do veículo e outros serviços afins.
Suspensão	Consiste nos serviços de substituição e/ou conserto de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças, molas, pivôs, barra de direção e outros serviços afins.
Instalação de Acessórios	Consiste nos serviços de instalação de qualquer acessório indispensável ao funcionamento ou segurança dos veículos, assim como, o conserto de equipamentos de segurança (triângulo sinalizador, chave de roda, cinto de segurança e combate a incêndios).
Vidraceiro	Consiste nos serviços de substituição dos vidros frontal, traseiro e lateral, retrovisores, borracha dos vidros e portas e polimento dos parabrisas e outros serviços afins.
Chaveiro	Confecção de chaves, codificação e outros serviços afins.
Ar Condicionado	Consiste nos serviços de reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo, inclusive troca de gás, conserto e substituição do compressor, higienização, troca de componentes eletrônicos e outros serviços afins.
Troca de Óleo	Consiste no serviço de troca de óleo do motor, do câmbio e da direção hidráulica, com fornecimento do óleo e substituição dos elementos filtrantes (do ar, do combustível e do óleo lubrificante).

Reboque/Guincho	Consiste no serviço de remoção dos veículos avariados para os estabelecimentos credenciados.
Lavação	Serviço de lavação periódica do veículo compreendido por: limpeza de pintura, limpeza interna, limpeza completa e ainda aplicação de cera conforme necessidade. Somente utilizar na lavação shampoo neutro, não sendo permitido o uso de produtos corrosivos, altamente agressivos e nocivos à saúde.

2.1.3. As oficinas credenciadas deverão prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva, assim definidas:

- a) **Manutenção Preventiva:** compreende as intervenções programadas em períodos e/ou quilometragens percorridas pré-definidos, quando a substituição de componentes (aqui incluídas as trocas de fluídos lubrificantes) ou ajustes necessários, são executados conforme o Plano de Manutenção constante no manual do proprietário ou através de inspeções;
- b) **Manutenção Corretiva:** compreende a intervenção eventual para correção de defeito decorrente de mau funcionamento ou quebra inesperada de um componente ou para restabelecer as condições do veículo após algum acidente.

2.1.4. As peças e acessórios aplicados nas manutenções preventivas e corretivas deverão ser novas, originais e genuínas, conforme definição a seguir:

- a) **Genuínas:** peças/acessórios/componentes que são comercializadas na rede de concessionárias autorizadas da marca, com estampa do logotipo do fabricante do veículo na embalagem (selo) e, em algumas situações, no próprio corpo da peça;
- b) **Originais:** peças/acessórios/componentes que possuem as mesmas especificações mecânicas (matérias e processos) das genuínas, mas são comercializadas na rede varejista com estampa do nome do fabricante da peça na embalagem.

2.1.5. O prazo de garantia dos serviços de manutenção executados pela rede credenciada e das peças e componentes aplicados será aquele previsto no Código de Defesa do Consumidor – CDC, computado a partir do ateste das respectivas notas fiscais, ressalvado prazo maior concedido pelo estabelecimento ou fabricante, respectivamente.

2.1.5.1. No período de garantia, ocorrendo defeito, o estabelecimento responsável pela manutenção executada deverá promover a substituição de componentes ou partes defeituosas, bem como fornecer a mão de obra necessária para o devido reparo, sem ônus adicional.

2.1.5.2. Exclui-se esta garantia para os serviços executados ou peças/componentes aplicados, caso, comprovadamente, a reincidência do defeito ou a quebra da peça/componente for decorrente de uso inadequado do veículo.

2.1.6. Os estabelecimentos credenciados são responsáveis pelo armazenamento e descarte dos lubrificantes, peças/componentes e demais resíduos poluentes utilizados nos serviços de manutenção veicular, fazendo-o em conformidade com a legislação ambiental em vigor.

2.1.7. Os estabelecimentos credenciados deverão operar com pessoal habilitado e qualificado para execução dos serviços, de acordo com as especificações recomendadas pelos fabricantes dos veículos, mediante emprego de técnica e ferramental adequados.

2.1.8. Somente poderão ser credenciados estabelecimentos autorizados a funcionar pelos órgãos reguladores e que estejam em conformidade com a legislação específica e ambiental, que tenham condições de emitir documento fiscal comprovando os serviços de manutenção e aplicação de peças/partes automotivas.

2.1.8.1. Caberá à CONTRATADA verificar a condição de regularidade de funcionamento dos estabelecimentos por ela credenciados a atuar para a CONTRATANTE.

2.1.8.2. Os estabelecimentos credenciados deverão emitir notas fiscais apartadas para os serviços (mão de obra) e para as peças/partes automotivas aplicadas, que deverão acompanhar o veículo por ocasião de sua liberação (manutenido).

2.1.9. Serão disponibilizados à CONTRATANTE os dados cadastrais da rede de estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, atualizando-os sempre que houver alterações.

3. DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA MANUTENÇÃO

- 3.1.** Será disponibilizado pela CONTRATADA sistema informatizado de gerenciamento da manutenção, compatível com o ambiente seguro, via WEB, on-line e em tempo real, interligando os locais de atendimento com a CONTRATANTE.
- 3.2.** Será fornecido, sem ônus à CONTRATANTE, a licença de uso de software que viabilize a utilização desse sistema, bem como das atualizações que nele vierem a ser implementadas.
- 3.3.** O sistema disponibilizado pela CONTRATADA deverá ter as seguintes funcionalidades básicas:
- a) Permitir a execução de serviços de manutenção veicular no estabelecimento credenciado, com base em transações autorizadas via sistema disponível na Internet;
 - b) Possuir solução de segurança que vincule a Administração do sistema ao veículo, em níveis de acesso e responsabilidade;
 - c) Cadastrar empregados (Gestores) para acesso ao sistema através de senha pessoal, com solução que permita configurar o perfil e nível de acesso de cada usuário;
 - d) Cadastrar e atualizar o cadastro de veículos da CONTRATANTE, com possibilidade de incluir as seguintes características: placa, chassi, Renavam, fabricante, modelo, ano de fabricação, ano do modelo, data de incorporação, categoria (motocicleta, leve, pesado), combustível, Status do Veículo (ativo, inativo), Superintendência e Centro de Custo;
 - e) Cadastrar e atualizar o cadastro de veículos reservas;
 - f) Cadastrar e atualizar o cadastro de Motorista/Condutores (Nome, matrícula e CNH);
 - g) Cadastrar e atualizar o cadastro de Equipamentos;
 - h) Permitir o acompanhamento de todas as fases do fluxo do processo de manutenção veicular;
 - i) Controlar, com base na quilometragem percorrida, o cumprimento da Revisão Preventiva definida pela CONTRATANTE;
 - j) Permitir, em uma única operação, a atualização da quilometragem da frota ativa através de importação de dados (upload) no formato placa e quilometragem;
 - k) Possibilitar a realização pela CONTRATANTE de, no mínimo, 3 (três) orçamentos em estabelecimentos credenciados diferenciados, sem que haja bloqueio do sistema no caso de opção por uso de apenas 1 (um) orçamento;
 - l) Permitir alerta via e-mail, em tempo real, de solicitação de aprovação das Ordens de Serviço, pedido de reparação do veículo, solicitação de cotação, negociação de orçamento;
 - m) Possuir ampla capacidade de armazenamento de dados e possibilidade de exportação de dados para XLS, TXT, PDF e outras que se tornarem padrão no mercado de tecnologia;
 - n) Disponibilizar as informações gerenciais dos serviços executados e itens fornecidos via internet, para consulta da CONTRATANTE;
 - o) Permitir a distribuição orçamentária do contrato por Superintendências, com a possibilidade de redefinição por usuário com autorização específica para essa finalidade;
 - p) Permitir a identificação do usuário da CONTRATANTE responsável pela aprovação do orçamento.
- 3.4.** O sistema deverá permitir a criação de cadastros individualizados para os veículos equipados, sendo um cadastro para o veículo e outro cadastro para o equipamento (guindaste ou cesta aérea) permitindo o controle da manutenção também de forma individualizada.
- 3.5.** O sistema deverá permitir a criação de cadastro dos gestores e disponibilização de login de acesso ao sistema de gerenciamento, definindo o nível de permissão do acesso e alçadas de aprovação por hierarquia e valor, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades.
- 3.6.** O sistema deverá disponibilizar, junto das cotações, do preço teto constante na tabela de orçamentação eletrônica, padrão CILIA ou similar, a ser utilizada pelos gestores como referência de preço máximo para análise e aprovação da Ordem de Serviço (exclusivo para veículos);
- 3.7.** O sistema deverá permitir à CONTRATANTE a transmissão dos itens de peças/componentes e serviços (sem valores) do orçamento inicial para, no mínimo, 2 (dois) credenciados da rede.

- 3.8.** A CONTRATADA deverá possuir estrutura de segurança de dados incluindo backup diário de todos os dados das transações realizadas pela CONTRATANTE.
- 3.9.** O sistema deverá permitir a realização de orçamento através de Ordem de Serviço (OS) após o recebimento do veículo no estabelecimento credenciado, incluindo os seguintes campos:
- a) Placa do veículo;
 - b) Hodômetro do veículo;
 - c) Tipo de manutenção (preventiva ou corretiva);
 - d) Relato resumido do problema/necessidade;
 - e) Data e horário de entrada do veículo no estabelecimento credenciado;
 - f) Descrição de itens, quantitativo, valor e prazo de garantia;**
 - g) Descrição do serviço, valor e prazo de garantia;**
 - h) Data e horário do envio do orçamento pelo estabelecimento credenciado para aprovação à CONTRATANTE;
 - i) Data e horário de aprovação ou reprovação do orçamento pela CONTRATANTE;
 - j) Data e horário de término previsto;
 - k) Data e horário da conclusão da manutenção;
 - l) Marca/Modelo/Ano.
- 3.9.1.** Os dados dos itens “f” e “g” do subitem acima deverão ser gerados automaticamente pelo sistema sem propriedade de edição.
- 3.10.** O sistema deverá ter controle para itens de peças/componentes e serviços em garantia.
- 3.11.** A partir da geração da Ordem de Serviço todos os registros a ela relacionados deverão estar disponíveis através de consulta ao sistema pelo seu código ou pela placa do veículo.
- 3.12.** O sistema deverá operar de forma integrada, ininterrupta e contínua, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, de forma a manter a continuidade nos serviços de manutenção veicular.
- 3.13.** O sistema deverá permitir a impressão da Ordem de Serviço de forma individual.
- 3.14.** O acesso ao sistema para qualquer operação deverá ser realizado somente após a digitação de uma senha válida do usuário (configurada por níveis de acesso).
- 3.14.1.** O acesso não autorizado ao sistema, se constatado, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela CONTRATADA.
- 3.14.2.** Deverá ser possível a troca periódica ou a validação de senha pessoal.
- 3.15.** O sistema de controle deverá contemplar informações de gerenciamento das manutenções efetuadas, com crítica de consistência aos lançamentos efetuados e a segurança de utilização, inclusive quanto às manutenções realizadas por cada veículo e frequência de manutenção.
- 3.16.** O sistema deverá possibilitar o gerenciamento de manutenção veicular (preventiva e corretiva) de acordo com as especialidades previstas nesta Especificação Técnica.
- 3.17. DAS SITUAÇÕES DE CONTINGÊNCIAS**
- 3.17.1.** Deverão ser previstas pelo sistema soluções para as possíveis situações de contingências, de forma a não afetar a execução das manutenções, no caso de falhas na transferência de dados ou outra ocorrência.
- 3.17.2.** Em qualquer ocorrência, não será admitida a perda de dados, que deverão ser recuperados ao final da ocorrência geradora da falha.
- 3.17.3.** A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico através de serviço de atendimento ao cliente, por telefone e internet, que permita a comunicação entre as partes, 24 horas todos os dias do ano, não sendo aceito sistema de atendimento eletrônico.

3.18. DOS RELATÓRIOS

3.18.1. Deverão ser disponibilizados para acesso via internet, on-line, em tempo real, relatórios para consulta, conforme abaixo descrito:

- a) Relatório I - Permite identificar o número total de veículos já cadastrados no sistema, podendo ser classificado por Fabricante, Modelo, Versão, Ano de Fabricação e do Modelo do Veículo, Tipo de Combustível, Superintendência e Centro de Custo;
- b) Relatório II – Permite apresentar a relação completa dos credenciados por município;
- c) Relatório III - Permite identificar os registros de todas as Ordens de Serviços num determinado período, classificados por Placa do Veículo, Ano de Fabricação do Veículo, Modelo do Veículo, Rede Credenciada, Superintendência, Centro de Custo e Responsável pela Aprovação;
- d) Relatório IV – Permite acompanhar todas as transações realizadas num determinado período;
- e) Relatório V - Permite acompanhar a execução x previsão orçamentária por Superintendência;
- f) Relatório VI – Permite acompanhar, num determinado período a despesa de forma agrupada, através da seleção pelos seguintes filtros: período, categoria, modelo e placa de veículo, Superintendência, especialidade da manutenção, centro custo e rede credenciada;
- g) Relatório VII – Permite acompanhar, num determinado período, por estabelecimento, o tempo de disponibilização do orçamento pelo estabelecimento credenciado, entendido como a diferença entre a data/hora do encaminhamento do orçamento pelo estabelecimento credenciado e a data/hora da apresentação do veículo no estabelecimento credenciado para o primeiro orçamento;
- h) Relatório VIII – Permite acompanhar, num determinado período o tempo de aprovação do orçamento, por responsável da CONTRATANTE, entendido como a diferença entre a data/hora da aprovação do orçamento e o encaminhamento do orçamento pelo estabelecimento credenciado;
- i) Relatório IX - Permite acompanhar, num determinado período o tempo de manutenção do veículo, entendido entre a diferença entre data/hora de liberação do veículo pelo estabelecimento credenciado e a data/hora de entrada do veículo no respectivo estabelecimento;
- j) Relatório X - Permite acompanhar, num determinado período a despesa por Quilometro Rodado (R\$/KM) por: categoria, modelo, ano fabricação, placa do veículo, Superintendência e Centro Custo;
- k) Relatório XI - Permite acompanhar, diária e mensalmente, por Superintendência, categoria e modelo do veículo, a indisponibilidade da frota, entendida como a relação entre o total de veículo em manutenção e o total de veículo ativo da frota;
- l) Relatório XII – Permite relacionar, num determinado período, produtos e serviços utilizados com preço e quantidade, por: categoria, modelo, ano fabricação, placa do veículo, Superintendência e Centro Custo;
- m) Relatório XIII – Permite acompanhar o cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva através do comparativo entre a quilometragem atual e a revisão preventiva programada por: categoria, modelo, ano fabricação, placa do veículo, Superintendência e Centro Custo.

3.18.1.1. Os relatórios poderão ser apresentados de forma agrupada, contemplando dois ou mais dos relatórios individuais previstos do subitem acima.

3.18.2. Os relatórios deverão permitir a exportação de dados para formato XLS, TXT e PDF ou outro formato que vier a se tornar padrão no mercado de tecnologia.

3.19. DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS:

3.19.1. As Unidades Operacionais da CONTRATANTE poderão, trimestralmente, formalizar envio de consulta de preços aos estabelecimentos credenciados, solicitando-lhes cotação para execução dos serviços de lavagem, borracharia e reboque/guincho, ou do valor homem/hora e desconto (percentual) peças/material de consumo para aos serviços de manutenção veicular, no sentido de identificar melhor preço ofertado naquele período para as demandas das Unidades.

3.19.2. A CONTRATANTE encaminhará os veículos ao(s) estabelecimento(s) credenciado(s) para realização dos serviços de

manutenção preventiva e corretiva e deles os recolherá devidamente mantidos.

- 3.19.3. O estabelecimento inserirá no sistema o laudo/orçamento com a identificação do veículo e de seu hodômetro, com a indicação do defeito verificado, as peças/componentes/óleos lubrificantes a serem aplicadas no reparo, com a respectiva codificação, a quantidade de horas a serem utilizadas por tipo de serviço e o prazo para conclusão.
- 3.19.4. O laudo/orçamento deverá ser disponibilizado à CONTRATANTE no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar do dia seguinte ao do recebimento do veículo no estabelecimento credenciado.
- 3.19.4.1. Para os casos que envolvam desmontagem de motor, câmbio ou suspensão, ou outros que apresentem maior complexidade, o laudo/orçamento deverá ser disponibilizado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do dia seguinte ao do recebimento do veículo no estabelecimento.
- 3.19.4.2. Para definição do prazo de reparo e consequente liberação do veículo à CONTRATADA, deverão ser considerados os tempos previstos na Tabela Tempária do fabricante, acrescidos dos tempos de preparação de veículo, dos equipamentos/ferramentas e da lavagem, quando necessária.
- 3.19.4.2.1. Nos casos em que, comprovadamente, se verifique no mercado indisponibilidade de peças de reposição ou outros insumos, os prazos de execução serão estabelecidos em comum acordo entre a CONTRATANTE e o estabelecimento da rede credenciada.
- 3.19.5. Conhecido o laudo/orçamento, a CONTRATANTE analisará os respectivos custos e a conveniência da execução total ou parcial dos serviços e, verificada sua economicidade, autorizará aquele estabelecimento que lhe ofertou o melhor preço para executar o serviço de manutenção.
- 3.19.5.1. Caso ocorra exclusão total ou parcial de itens do orçamento, o estabelecimento credenciado será ressarcido do ônus decorrente de mão-de-obra da desmontagem/montagem, pertinente a Ordem de Serviço, devidamente analisada e aprovada pela CONTRATANTE.
- 3.19.5.2. Caso durante a execução dos serviços forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento do orçamento original aprovado, o estabelecimento credenciado deverá submeter novo orçamento para aprovação da CONTRATANTE antes da realização do serviço.
- 3.19.5.3. Não serão aceitos pela CONTRATANTE, orçamentos que indiquem preços de peças/componentes e de serviços superiores aos da tabela do fabricante. De forma análoga, também não serão aceitos prazos de realização dos serviços maiores que o estabelecido na tabela tempária do fabricante.
- 3.19.5.3.1. A CONTRATADA também disponibilizará à CONTRATANTE acesso a sistema que permita consulta de preços de peças e tempo padrão do fabricante, sem ônus adicional, durante a vigência do Contrato.
- 3.19.5.4. A CONTRATANTE poderá vir a fornecer as peças/acessórios/componentes necessários ao reparo dos veículos, oriundas de Contrato(s) de fornecimento que já possua.
- 3.19.5.5. Os serviços somente poderão ser executados pelo estabelecimento credenciado após expressa aprovação e autorização no sistema pelo(s) fiscal (is) da CONTRATANTE.
- 3.19.6. Nos casos de manutenção emergencial, devido as características do serviço, ambiente ou urgência, quando o valor ficar abaixo de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais), a solicitação de 3 cotações é facultativa.

3.20. DO MÓDULO DE RETENÇÃO DE IMPOSTOS:

- 3.20.1. O sistema deverá dispor de solução para a retenção de impostos municipais e federais ISS, PIS, COFINS e CSLL (PCC) de acordo com as legislações vigentes. A solução deverá contemplar o cadastro das regras e alíquotas no sistema, geração de relatórios de integração com informações detalhadas relacionadas a prestação do serviço (número da nota fiscal emitida pelo estabelecimento, CNPJ do prestador de serviço, município onde ocorreu o fato gerador, alíquota de ISS, valor da nota, percentual retido, data do fato gerador, etc.). Esse relatório deverá possuir layout que possibilite inúmeras configurações e a integração com o sistema fiscal da CASAN, transferindo as informações relativas as retenções de forma integrada e informatizada, dispensando o lançamento manual.

4. DA REDE CREDENCIADA

- 4.1. A Contratada deverá operar por meio de rede de estabelecimentos credenciados, conforme as definições listadas abaixo, bem como as quantidades e endereços constantes do **Apêndice A** e descrições listadas no **item 2.1.2**.
- 4.1.1. A rede credenciada será formada pelo conjunto de estabelecimentos que atendam os quantitativos das

especialidades “i”, “k”, “n” e “o” constantes do **Apêndice A**, a uma distância rodoviária máxima de **05 (cinco) Km** de cada Unidade Operacional, salvo nas localidades em que, comprovadamente, não existam estabelecimentos em funcionamento nessa distância;

- 4.1.2. A rede credenciada será formada pelo conjunto de estabelecimentos que atendam os quantitativos das especialidades “a”, “d”, “h”, “p”, e “r” constantes do **Apêndice A**, a uma distância rodoviária máxima de **20 (vinte) Km** de cada Unidade Operacional, salvo nas localidades em que, comprovadamente, não existam estabelecimentos em funcionamento nessa distância;
- 4.1.3. A rede credenciada será formada pelo conjunto de estabelecimentos que atendam os quantitativos das especialidades “c”, “e”, “g”, “h”, “j” e “q” constantes do **Apêndice A**, a uma distância rodoviária máxima de **30 (trinta) Km** de cada Unidade Operacional, salvo nas localidades em que, comprovadamente, não existam estabelecimentos em funcionamento nessa distância;
- 4.1.4. A Contratada deverá disponibilizar rede credenciada, na(s) especialidade(s) constante(s) da(s) **alínea(s) “i” “n” e “o” do item 2.1.2**, nas rodovias entre os municípios abaixo relacionados:

BR 101

- Passo de Torres e Criciúma;
- Criciúma e Laguna;
- Laguna e Florianópolis;
- Florianópolis e Itapema;
- Itapema e Barra Velha;
- Barra Velha e Joinville;

BR 470

- Navegantes e Blumenau;
- Blumenau e Rio do Sul;
- Rio do Sul e São Cristóvão do Sul
- São Cristóvão do Sul e Erval Velho;

BR 116

- Capão Alto e São Cristóvão do Sul;
- São Cristóvão do Sul e Monte Castelo;
- Monte Castelo e Mafra;

BR 282

- Bom Retiro e Bocaina do Sul;
- Celso Ramos e Xanxerê;
- Xanxerê e São Miguel do Oeste;

BR 280

- São Francisco do Sul e Guaramirim;
- Guaramirim e Mafra;
- Mafra e Porto União;

BR 283

- Concórdia e Chapecó;
- Chapecó e Caibí;

BR 153

- Concórdia e Irani;
- Irani a Porto União;

BR 438

- Orleans e São Joaquim;
- São Joaquim e Lages;

BR 163

- Dionísio Cerqueira e Iporã do Oeste;

BR 468

- Chapecó e São Lourenço do Oeste;

BR 303

- Capinzal e Caçador;

BR 480

- Xanxerê e São Lourenço do Oeste;

- 4.1.5. Deverão ser credenciadas concessionárias autorizadas pelo fabricante para os veículos em período de garantia, de acordo com a disponibilidade do mercado, localidade e demanda da CONTRATANTE, neste caso não se aplicando o previsto no subitem anterior.

- 4.1.6. Nas localidades onde houver restrição de estabelecimentos, a CONTRATADA, sempre que possível, procurará buscar novas opções de credenciamento de forma que a CONTRATANTE possa vir a realizar os serviços de manutenção naquela localidade.

4.2. DA QUANTIDADE DE VEÍCULOS:

- 4.2.1. A quantidade de veículos está distribuída por categorias (motocicleta, veículo leve e pesado) e por município/estado, conforme **Apêndice A** desta Especificação.
- 4.2.2. Classificação da frota de veículos da CASAN:
- Motocicleta: motocicleta com baú de carga;
 - Veículo leve: veículo com até 1.550 kg de carga útil;
 - Veículo pesado (com complemento rodoviários e retroescavadeiras): veículo com carga útil maior que 1.550 kg.

5. PRAZO PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA

5.1. DO SISTEMA INFORMATIZADO:

- 5.1.1. No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá fornecer as senhas de acesso dos administradores.
- 5.1.2. Em até 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do Contrato e do recebimento da lista da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá providenciar o **cadastro inicial dos veículos** da CONTRATANTE.
- 5.1.3. Em até 2 (dois) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação, a CONTRATADA deverá providenciar o **cadastro de novos veículos** da CONTRATANTE ou fornecer novas senhas de acesso.
- 5.1.4. Em até 20 (vinte) dias corridos, contados da assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE, em suas instalações, um representante para apresentar o sistema, com acesso on-line, com vistas a efetuar repasse de conhecimento aos empregados indicados pela CONTRATANTE, demonstrando-lhes todas as funcionalidades disponibilizadas pelo sistema, a partir daí considerando-se o sistema como instalado.
- 5.1.4.1. Todo o investimento necessário à implantação do sistema, tais como a instalação dos equipamentos de leitura; softwares de gravação e transmissão de dados; credenciamento da rede de empresas fornecedoras; manutenção do sistema e repasse de conhecimento ao pessoal, fornecimento de manuais de operação e tudo mais que se fizer necessário para o bom funcionamento do sistema, será de responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

5.2. DOS CREDENCIAMENTOS:

- 5.2.1. **Em até 10 (dez) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura do Contrato, deverão estar **credenciados estabelecimentos** que atendam, no mínimo, **30%** (trinta por cento) das Unidades Operacionais constantes do **Apêndice A** deste instrumento, observada a regra estabelecida no **item 4.1** deste instrumento.
- 5.2.2. **Em até 20 (vinte) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura do Contrato, deverão estar **credenciados estabelecimentos** que atendam, no mínimo, **50%** (cinquenta por cento) das Unidades Operacionais constantes do **Apêndice A** deste instrumento, observada a regra estabelecida no **item 4.1** deste instrumento.
- 5.2.3. **Em até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura do Contrato, deverão estar **credenciados estabelecimentos** que atendam, no mínimo, **80%** (oitenta por cento) das Unidades Operacionais constantes do **Apêndice A** deste instrumento, observada a regra estabelecida no **item 4.1** deste instrumento.
- 5.2.4. **Em até 45 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura do Contrato, deverão estar **credenciados estabelecimentos** que atendam, no mínimo, **100%** (cem por cento) das Unidades Operacionais constantes do **Apêndice A** deste instrumento, observada a regra estabelecida no **item 4.1** deste instrumento.
- 5.2.5. Em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos a partir do recebimento da comunicação (via e-mail ou dispositivo equivalente) da CONTRATANTE, deverão ser efetuados os novos credenciamentos motivados pela expansão da frota ou de Unidade Operacional.
- 5.2.6. No prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá descredenciar estabelecimentos que venha a desatender às exigências regulamentares para funcionamento e emissão dos documentos fiscais, credenciando um novo estabelecimento que demonstre cumprimento de tais exigências.

5.3. O não cumprimento das etapas estabelecidas neste instrumento ensejará em aplicação de penalidades previstas em lei.

6. DO FATURAMENTO

- 6.1. O período de faturamento será do 1º ao último dia do mês de competência. A Nota Fiscal/Fatura relativa ao objeto contratado deverá ser emitida, no mês subsequente, em conformidade com a legislação municipal, estadual e federal pertinentes.
- 6.1.1. A contratada deverá entregar a Nota Fiscal à Divisão de Transportes da CASAN até o dia 04 (quatro) do mês subsequente da execução dos serviços.
- 6.1.2. A contratada deverá entregar, juntamente com a Nota Fiscal, relatório impresso e em arquivo digital, no formato *.xls, contendo todas as despesas realizadas no período de faturamento. Deverão constar do relatório as seguintes informações: Placa do veículo, condutor responsável, localização do veículo (centro de custo), prestador do serviço (executor), dados cadastrais do prestador de serviço, tipo de serviço/material, valor (R\$) realizado pelos serviço/aquisição;
- 6.1.3. A contratada deverá entregar, juntamente com a Nota Fiscal, arquivo com as retenções de impostos, que obrigatoriamente deverão coincidir com a soma das notas fiscais referentes ao período do faturamento, que deve ser do 1º ao último dia do mês de competência;
- a) Em virtude da lei que trata da Substituição Tributária, a contratada deverá fornecer solução para retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS), incidente nas notas de serviços, de acordo com a legislação do município onde a oficina está estabelecida e conforme layout dos arquivos (que pode sofrer alterações, conforme necessidade da Casan), de acordo com o **Apêndice B**;
 - b) Os arquivos contendo as retenções de impostos deverão ser separados em: um arquivo contendo os itens de Serviços (Mão de Obra), um arquivo contendo os itens de Materiais (Peças) e outro arquivo contendo itens de Taxa de Administração.
- 6.1.4. A nota fiscal dos serviços prestados pela CONTRATADA deverá ser emitida contra a CONTRATANTE, Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, vinculada ao CNPJ 82.508.433/0001-17.
- 6.2. A Contratada deverá fornecer, mensalmente, **Nota Fiscal única** com a consolidação financeira dos:
- a) Quantitativo e/ou serviços prestados, discriminado o total com peças e mão de obra separadamente; e
 - b) Taxa de Administração.
- 6.2.1. A **Nota Fiscal única** deverá detalhar, separadamente ou através de relatório anexo a nota: o valor global das Peças para Manutenção; o valor global da Mão de Obra utilizada.
- 6.2.2. Enviar, juntamente com a nota fiscal, relatório das transações efetuadas pela rede credenciada, constando demonstrativo de compras, discriminação do valor de peças adquiridas, serviços prestados, taxa de administração, bem como comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista.
- 6.2.3. A Nota Fiscal deverá espelhar os serviços de manutenção e peças realizados (executado/finalizados) no mês anterior.
- 6.2.4. No caso de peças e serviços de manutenção executados, a NF deverá vir acompanhada das notas fiscais emitidas pela rede credenciada para fins de garantia das peças de reposição, acessórios e serviços.
- 6.3. Eventual alteração de alíquota dos impostos deverá ser faturada em documentação legal e fiscal separada, cuja condição de pagamento será igual a do principal. Neste caso, a CONTRATADA deverá especificar o motivo da mudança, citando o documento legal que a originou.
- 6.4. A nota fiscal/fatura que apresentar erro não será aceita pela CASAN e será devolvida à CONTRATADA para a devida correção. Neste caso, o prazo de pagamento obedecerá à regra estabelecida no **item 7.1**.
- 6.4.1. A devolução da nota fiscal/fatura, não aprovada pela CASAN, não servirá de motivo para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados, contratados e/ou fornecedores.

7. DO PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento e aceite da Nota Fiscal/Fatura pela Divisão de Transportes da CASAN, localizada na Rua Quinze de Novembro, 230, Balneário CEP: 88075-220 Florianópolis - SC.
- 7.1.1. As Notas Fiscais que apresentarem erro ou deixarem de apresentar a documentação exigida no **item 6** do termo de referência serão devolvidas para as devidas correções. O prazo de pagamento da nota reemitida obedecerá aos mesmos critérios do **item 7.1**.
- 7.2. A comprovação da conformidade do serviço executado se dará mediante certificação pelo gestor ou fiscal do contrato.

8. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 8.1. Executar os serviços conforme descrito no Termo de Referência.
- 8.2. A contratada, após a assinatura do contrato, em até 05 (cinco) dias úteis deverá nomear responsável pelo acompanhamento dos serviços, um preposto com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Este responsável terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.
- 8.3. A CONTRATADA deverá garantir, durante toda a vigência do contrato, rede de estabelecimentos credenciados de acordo com as quantidades estimadas no termo de referência.
- 8.4. Prestar garantia da solução, por 12 (doze) meses contados da data de homologação do sistema na CASAN, prazo esse prorrogado automaticamente em caso de prorrogação da vigência do contrato.
- 8.5. Garantir a implementação de novas funcionalidades, atualização do sistema e aperfeiçoamento operacional, sem ônus para a CASAN.
- 8.6. Efetuar o treinamento relacionado à operação do sistema aos usuários definidos pela CASAN.
- 8.7. Reembolsar todos os estabelecimentos que fizerem parte da rede credenciada, inexistindo qualquer relação financeira entre estes estabelecimentos e a CASAN. A execução completa do contrato só acontecerá quando comprovado o pagamento de todas as obrigações registradas após a assinatura do contrato.
- 8.8. Disponibilizar a plataforma e efetuar o treinamento para a operação nos estabelecimentos credenciados.



APÊNDICE - A

RELAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS, QUANTIDADE DE VEÍCULOS E REDE CREDENCIADA

ENDEREÇO DA UNIDADE OPERACIONAL			QUANTIDADE DE VEÍCULOS			QUANTITATIVO ESPECIALIDADES REDE CREDENCIADA																		
SUPERINTEN DENCIA	ENDEREÇO	MUNICIPIO	MOTOS	LEVES	PESADOS	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p	q	r	
MATRIZ / SRM	Rua Emilio Blun 83 Bairro: Centro - Florianópolis/SC CEP: 88.020-010	FLORIANOPOLIS	5	125	44		3		3				3	3	3	3	3		3		3		3	
	Rua: XV de Novembro – 230. Bairro: Balneário – Florianópolis/SC. CEP: 88075-220						5	2	5	2	2	2	5	5	5	5	5	2	5	2	5	2	5	
	Rua: Baldiceiro Filomeno Bairro: Ribeirão da Ilha – Florianópolis/SC CEP: 88.064-001						2		2				2	2	2	2	2		2		2		2	
	BR 101, km203, viadulto de Barreiros, São José/SC						3	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
	Av.: Das Nações - S/Nº Bairro: Canasvieiras – Florianópolis/SC CEP: 88.0540-1000						2		2				2	2	2	2	2		2		2		2	
SRM	Rua: José Helgino Martins, S/Nº – Centro. Prox: Hotel Caldas da Imperatriz	AGUAS MORNAS		1	2			2		2	2	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
SRM	Rua: Rua da Gruta- 215 Bairro: Centro - Angelina – SC CEP: 88.460.000	ANGELINA	1	1		2								2	2	2	2		2				2	
SRM	Rua: Lourenço Valdemiro Rios - 36 S/02 Bairro: Centro - Antônio Carlos/SC CEP: 88.180.000	ANTONIO CARLOS		2	1		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
SRM	Rua: Lucio Born – 85 Bairro: Centro – Biguaçu/SC CEP: 88.160.000	BIGUAÇU		6	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
SRM	Avenida Falcão – 844 Bairro de Bombas – Bombinhas/SC CEP: 88.215.000	BOMBINHAS		4	1			2		2	2	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
SRM	Rua: João Morelli – 223 Bairro: Centro – Botuverá/SC CEP: 88.295-000	BOTUVERA		2										2	2	2	2		2				2	
SRM	Rua: José Fischer - Nº110 Bairro: Centro – Guabiruba/SC CEP: 88.360.000	GUABIRUBA		3	1			2		2	2	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
SRM	Av.: Joleto Valgas – 22 Bairro: Centro – Ilhota/SC CEP: 88.320-000	ILHOTA		1	2			2		2	2	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
SRM	Rua: José de Souza – 239 Bairro: Centro - Major Gercino/SC CEP: 88.260.000	MAJOR GERCINO		1			2		2				2	2	2	2	2		2		2		2	
SRM	Rua: Gov. Celso Ramos – 2800 Bairro: Centro - Porto Belo/SC CEP: 88.210.000	PORTO BELO		5	1		2	1	2	1	1	1	2	2	2	2	2	1	2	1	2	1	2	



COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
www.casan.com.br - www.licitacoes-e.com.br - pregao@casan.com.br



	Rua: Rio Serra Negra, S/N Bairro: Zimbros – Bombinhas/SC CEP: 88.215.000	Bombinhas						1		1	1	1		2	2	2	2	1	2	1	1	1	2
SRM	Rua: Praça Leonardo Sell – 199 Bairro: Centro - Rancho Queimado/SC CEP: 88.470.000	RANCHO QUEIMADO		1										2	2	2	2		2				2
SRM	Rua: Vereador Augusto Bruggemann – 5404 - Ed. Marcos Paula Bairro: Centro - Santo Amaro Imperatriz/SC CEP: 88.140.000	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ		7	1		3	2	3	2	2	2	3	3	3	3	3	2	3	2	3	2	3
SRM	Rua: Av. Vinte e Nove de Novembro – 1423 Bairro: Centro - São Bonifácio/SC CEP: 88.485.000	SAO BONIFACIO		1										2	2	2	2		2				2
SRM	Rua: Joaquim Vaz – 1390 CEP: 88.102.650	SAO JOSE		16	5		3	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2	3	2	3	3	3	2
SRN	Rua: Hardwig koch– S/Nº Bairro: Centro – Agrolândia/ SC CEP: 88420-000	AGROLANDIA		1	1			2		2	2	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
SRN	Rua: Belo Horizonte – 153 Bairro: Centro – Apiúna/SC CEP: 89135-000	APIUNA		1										2	2	2	2		2				2
SRN	Av.: Getúlio Vargas – 455 – Sala 2 Bairro: Centro – Araquari/SC CEP: 89245-000	ARAQUARI		3	2			2		2	2	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
SRN	Rua: Padre Simão Majcker – 38 Bairro: Centro – Ascurra/SC CEP: 89138-000	ASCURRA		1	1			2		2	2	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
SRN	Rua: João Machado – 233 Bairro: Centro – Bal. Barra do Sul/SC CEP: 89247-000	BALNEARIO BARRA DO SUL	1	3	1	2		2		2	2	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
SRN	Rua: Albano Schultz – 61 Bairro: Centro – Piçarras/SC CEP: 88380-000	BALNEARIO PIÇARRAS		7	1		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
SRN	Rua: Carlos Maia – 127 Bairro: Centro – Barra Velha/SC CEP: 88390-000	BARRA VELHA		8	5			3		3	3	3		2	2	2	2	3	2	3	2	3	2
SRN	Rua: Paulo Ossovski – S/Nº Bairro: Centro – Bela Vista do Toldo/SC CEP: 88478-00	BELA VISTA DO TOLDO		1										2	2	2	2		2				2
SRN	Rua: Celso Ramos – 5313 Bairro: Centro – Benedito Novo/SC CEP: 89124-000	BENEDITO NOVO		2			2		2					2	2	2	2	2		2		2	2
SRN	Rua: Lourenço Rolando Mallucelli – 26 Bairro: Centro – Canoinhas/SC CEP: 89460-000	CANOINHAS		7	4		3	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2	3	2	3	3	3	2
SRN	AV. 29 DE NOVEMBRO, 15 CENTRO 88407-000	CHAPADAO DO LAGEADO		1										2	2	2	2		2				2
SRN	AV. LEOBERTO LEAL, 222 ÁGUA SANTA 89520-000	CURITIBANOS		6	4		2	3	2	3	3	3	2	2	2	2	2	3	2	3	2	3	2
SRN	RUA ALBERTO KOGLIN, 3404 CENTRO 89155-000	DONA EMMA		1			2		2					2	2	2	2		2		2		2
SRN	Rua: Aderbal Ramos da Silva – S/Nº Bairro: Centro – Dr. Pedrinho/SC CEP: 89126-000	DOCTOR PEDRINHO		1			2		2					2	2	2	2	2		2		2	2





COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
www.casan.com.br - www.licitacoes-e.com.br - pregao@casan.com.br



SRN	Rua: Estevão Riscarolli – S/Nº Bairro: Centro – Pouso Redondo/SC CEP: 89172-000	POUSO REDONDO		2	1		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
SRN	Rua: Matilde Schaefer – 199 Bairro: Centro – Pres. Nereu/SC CEP: 89184-000	PRESIDENTE NEREU		1			2		2				2	2	2	2	2		2		2	2	
SRN	Rua: Cornelius Kniebeler – S/Nº Bairro: Centro – Rio do Campo/SC CEP: 89198-000	RIO DO CAMPO		1										2	2	2	2		2			2	
SRN	Rua: Daniel Pizetta– S/N Bairro: Centro – Rio do Oeste/SC CEP: 89180-000	RIO DO OESTE		1										2	2	2	2		2			2	
SRN	Rua dos Caçadores nº 161 Bairro: Centro – Rio do Sul/SC CEP: 89160-001	RIO DO SUL		23	8		5	3	5	3	3	3	5	5	5	5	5	3	5	3	5	3	5
						3	3	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2	3	2	3	3	3	2
SRN	Rua: Leandro Longo – S/Nº Bairro: Centro – Rio dos Cedros/SC CEP: 89121-000	RIO DOS CEDROS		1			2		2				2	2	2	2	2		2		2	2	
SRN	Rua: XV de Novembro – 374 Bairro: Centro – Salete/SC CEP: 89196-000	SALETE		1										2	2	2	2		2			2	
SRN	Av.: Tânia Aparecida Ceolla Galdêncio – 324 Bairro: Centro – Santa Cecília/SC CEP: 89540-000	SANTA CECILIA		2	1			2		2	2	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	
SRN	Rua: Bruno Pielzanka – 397 Bairro: Centro – Santa Terezinha/SC CEP: 88395-000	SANTA TEREZINHA		1										2	2	2	2		2			2	
SRN	Av.: Lions – 160 Bairro: Centro – São Cristovão do Sul/SC CEP: 89533-000	SAO CRISTOVAO DO SUL		1										2	2	2	2		2			2	
SRN	Rua: Augustino Quintino Rodrigues – 80 Bairro: Centro – São João do Itaperiú/SC CEP: 88395-000	SAO JOAO DO ITAPERIU		1			2		2				2	2	2	2	2		2		2	2	
SRN	Av.: Luiz Bertolli – 105 Bairro: Centro – Taió/SC CEP: 89190-000	TAIO		2	1			2		2	2	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	
SRN	Rua: São Pedro – 278 Bairro: Centro – Timbó Grande/SC	TIMBO GRANDE		1										2	2	2	2		2			2	
SRN	Rua: Jorge Lacerda – 88 Bairro: Centro – Trombudo Central/SC CEP: 89176-000	TROMBUDO CENTRAL		2			2		2				2	2	2	2	2		2		2	2	
SRN	Rua: Leandro José Lira – S/N Bairro: Centro – Vidal Ramos/SC CEP: 88390-000	VIDAL RAMOS		1										2	2	2	2		2			2	
SRN	Rua: Serafim Vendramim – S/Nº Bairro: Centro – Vitor Meirelles/SC CEP: 89148-000	VITOR MEIRELLES		1			2		2				2	2	2	2	2		2		2	2	
SRN	Rua: 7 de Setembro – S/Nº Bairro: Centro – Witmarsun/SC CEP: 89157-000	WITMARSUM		1										2	2	2	2		2			2	
SRO	Av.: Padre Joao schmidt – Nº 1345 Bairro: Centro – Abelardo Luz – SC CEP: 89830-000	ABELARDO LUZ		3			2		2				2	2	2	2	2		2		2	2	



COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
www.casan.com.br - www.licitacoes-e.com.br - pregao@casan.com.br



SRO	Av.: Independência– S/Nº Bairro: Centro – Água Doce – SC CEP: 89654-000	AGUA DOCE		1												2	2	2	2		2				2
SRO	Rua: 7 de Setembro – S/Nº (Junto a EPAGRI) CEP: 89843-000	AGUAS FRIAS	1	1		2										2	2	2	2		2				2
SRO	Av.: Anchieta – Nº 26 Bairro: Centro – Anchieta – SC CEP: 89970-000	ANCHIETA		1			2		2						2	2	2	2	2		2		2		2
SRO	Rua: Anibal Manente – S/Nº Junto a ETA – Arroio Trinta – SC CEP: 89590-000	ARROIO TRINTA	1	1		2	3		3						3	2	2	2	2		2		3		2
SRO	Rua: João Bataglin– S/Nº Bairro: Centro – Bandeirantes – SC CEP: 89905-000	BANDEIRANTE	1	1		2										2	2	2	2		2				2
SRO	Rod. SC 480 - km 77 Bairro: Centro – Bom Jesus/SC CEP: 89824-000	BOM JESUS		1			2		2						2	2	2	2	2		2		2		2
SRO	Rua: Antônio Sampaio – Nº 262 Bairro: Centro – Caçador – SC CEP: 89500-000	CAÇADOR		10	2			2		2	2	2			3	3	3	3	2		3	2	2	2	3
SRO	Rua: Euclides da Cunha – 520 Bairro: Centro – Caibi – SC CEP: 89888-000	CAIBI		1			2		2						2	2	2	2	2		2		2		2
SRO	Rod. SC 135Nº 653 Bairro: CENTRO (Anexo a Casa Lotérica e Cartório) - Calmon – SC CEP 89430-000C	CALMON		1			2		2						2	2	2	2	2		2		2		2
SRO	RUA JOÃO FIORIO, S/N CENTRO	CAMPINA DA ALEGRIA	1	1		2										2	2	2	2		2				2
SRO	RUA GETULIO VARGAS, S/N CENTRO 89980-000	CAMPO ERE		1			2		2						2	2	2	2	2		2		2		2
SRO	RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ, 230 CENTRO 89670-000	CATANDUVAS		3	3			2		2	2	2			2	2	2	2	2		2	2	2	2	2
SRO	Av.: Pe. Luiz Heinen – Nº 18 Bairro: Centro – Caxambú do Sul – SC CEP: 89888-000	CAXAMBU DO SUL		1												2	2	2	2		2				2
SRO	Rua: Eduardo Baretta – Nº 70 Bairro: Centro – Celso Ramos – SC CEP: 88598-000	CELSE RAMOS		1			2		2						2	2	2	2	2		2		2		2
SRO	Rua: Rua Carlos Gomes n 1070 E, Bairro Sao Cristovão- Chapecó – SC CEP: 89803-310	CHAPECO		47	19		5	3	5	3	3	3	5	2	2	2	2	2	3		2	3	5	3	2
	Av.: Getúlio Vargas – 990 Bairro: Centro – Chapecó/SC CEP: 89814-000						5	3	5	3	3	3	5	5	5	5	5	5	3		5	3	5	3	5
SRO	Rua: Aldofo Konder – Nº 258 Bairro: Centro – Concórdia – SC CEP: 89700-000	CONCORDIA		9	5		3	3	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2	3		2	3	3	3	2
SRO	Rua: Vereador Itacir Brizott – Nº 314 Bairro: Três Palmeiras – Coronel Freitas – SC CEP: 89840-000	CORONEL FREITAS		1											2	2	2	2		2					2
SRO	Rua: Vereador Augusto Kempfer – Nº 09 Bairro: Cidade Alta – Cunha Porã – SC CEP: 89890-000	CUNHA PORã		1												2	2	2	2		2				2



COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
www.casan.com.br - www.licitacoes-e.com.br - pregao@casan.com.br



SRO	Rua: José Bonifácio – Nº 31 Bairro: Centro – Descanso – SC CEP: 89910-000	DESCANSO		1		2	2			2	2	2	2	2		2	2	2
SRO	Rua: Avenida Washington Luiz – S/Nº 255 Bairro: Centro – Dionísio Cerqueira – SC CEP: 89950-000	DIONISIO CERQUEIRA		4		2	2			2	2	2	2	2		2	2	2
SRO	Av.: XV de Novembro – Nº 278 Bairro: Centro – Erval Velho – SC CEP: 89613-000	ERVAL VELHO		1		2	2			2	2	2	2	2		2	2	2
SRO	Av.: São João – Nº 833 Bairro: Centro - Faxinal dos Guedes – SC CEP: 89.694.000	FAXINAL DOS GUEDES		1							2	2	2	2		2		2
SRO	Av.: 7 de Setembro – Nº 599 Bairro: Centro – Galvão – SC CEP: 89838-000	GALVAO		1		2	2			2	2	2	2	2		2	2	2
SRO	Rua: Nossa Senhora de Fátima – Nº 200 Bairro: Centro – Guaraciaba – SC CEP: 89920-000	GUARACIABA		1		2	2			2	2	2	2	2		2	2	2
SRO	Rua: São Paulo – S/Nº Bairro: Centro – Guarujá do Sul – SC CEP: 89940-000	GUARUJA DO SUL		1							2	2	2	2		2		2
SRO	Rua: 10 de Maio – Nº 28 Bairro: Centro - Ibiã – SC CEP: 89.652.000	IBIAM	1	1		2						2	2	2	2		2	2
SRO	Av.: Presidente Nereu Ramos – S/Nº 257 Bairro: Centro - Ibicaré – SC CEP: 89.640.000	IBICARE		1		2	2			2	2	2	2	2		2	2	2
SRO	Rua: Gustavo Fetter – Nº 669 Bairro: Centro - Iporã do Oeste – SC CEP: 89.899.000	IPORA DO OESTE		1		2	2			2	2	2	2	2		2	2	2
SRO	Rua: Tiradentes - Nº 81 - Sala 05 Bairro: Centro - Ipumirim – SC CEP: 89.790.000	IPUMIRIM		1		2	2			2	2	2	2	2		2	2	2
SRO	Rua: Gov. Ivo Silveira – Nº 1610 Bairro: Centro - Irani – SC CEP: 89.680.000	IRANI		1		2	2			2	2	2	2	2		2	2	2
SRO	Rua: Vinte e Dois - S/Nº Bairro: Centro - Itá – SC CEP: 89.760.000	ITA		1							2	2	2	2		2		2
SRO	Rua: Waldemar Poyer – Nº 502 Bairro: Centro - Jaborá – SC CEP: 89.677.000	JABORA		1		2	2			2	2	2	2	2		2	2	2
SRO	Rua: Anselmo Angonese – Nº 550 Bairro: Centro - Jardinópolis – SC CEP: 89.848.000	JARDINOPOLIS		1							2	2	2	2		2		2
SRO	Rua: 7 de Setembro - Nº 337 Bairro: Centro - Lacerdópolis – SC CEP: 89.660.000	LACERDOPOLIS		1		2	2			2	2	2	2	2		2	2	2
SRO	Rua: Francisco Ribeiro da Silva - S/Nº Bairro: Centro - Lebon Régis – SC CEP: 89.510.000	LEBON REGIS		2		2	2			2	2	2	2	2		2	2	2
SRO	Rua: Barão do Rio Branco – Nº 277 Bairro: Centro - Lindóia do Sul – SC CEP: 89.735.000	LINDOIA DO SUL		1		2	2			2	2	2	2	2		2	2	2
SRO	Av.: euclides da cunha 229 – Nº 831 Bairro: Centro - Maravilha – SC CEP: 89.874.000	MARAVILHA	1	2	1	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2



COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
www.casan.com.br - www.licitacoes-e.com.br - pregao@casan.com.br



SRO	Rua: XV de Novembro - Nº 475 - Sala 02 Bairro: Centro - Modelo –SC CEP: 89.872.000	MODELO		2		2	2			2	2	2	2	2		2		2		2
SRO	Av.: do Engenho – Nº 887 Bairro: Floresta Mondai – SC CEP: 89.893.000	MONDAI		1								2	2	2	2		2			2
SRO	Av.: Independência – Nº 547 Bairro: Centro - Nova Erechim – SC CEP: 89.865.000	NOVA ERECHIM		1								2	2	2	2		2			2
SRO	Av.: Rua Iné Vissotto – Nº 499 Bairro: Centro - Palma Sola – SC CEP: 89.985.000	PALMA SOLA		1								2	2	2	2		2			2
SRO	Rua: Euclides da Cunha - S/Nº Bairro: Centro - Palmitos – SC CEP: 89.887.000	PALMITOS	1	3	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
SRO	RUA GIACOMINI, S/N	PARAISO	1	1		2						2	2	2	2		2			2
SRO	ALBINO DALSEN, S/N 89687-000	PASSOS MAIA		1		2		2				2	2	2	2	2		2		2
SRO	Rua: Brasília - Nº 146 Bairro: Centro - Peritiba – SC CEP: 89.750.000	PERITIBA		1		2		2				2	2	2	2	2		2		2
SRO	Av.: São Paulo – Nº 677 Bairro: Centro - Pinhalzinho – SC CEP: 89.870.000	PINHALZINHO		3	1		2		2	2	2		2	2	2	2	2	2	2	2
SRO	Rua: Antônio Carlos K. Reis - S/Nº Bairro: Centro - Pinheiro Preto – SC CEP: 89.570.000	PINHEIRO PRETO		1		2		2				2	2	2	2	2		2		2
SRO	Rua: Gov. Jorge Lacerda – Nº 176 Bairro: Centro - Piratuba – SC CEP: 89.667.000	PIRATUBA		1									2	2	2	2		2		2
SRO	Rua: 3 de Maio – Nº 156 Bairro: Centro - Ponte Serrada – SC CEP: 89.683.000	PONTE SERRADA		1									2	2	2	2		2		2
SRO	Rua: Rio grande do sul 590 Bairro: Centro - Princesa – SC CEP: 89.935.000	PRINCESA		1		2		2				2	2	2	2	2		2		2
SRO	Rua: Presidente Juscelino - Nº 341 – Sala 02 Bairro: Centro - Quilombo – SC CEP: 89.850.000	QUILOMBO		1									2	2	2	2		2		2
SRO	Rua: do Comércio – Nº 969 Bairro: Centro - Rio das Antas – SC CEP: 89.550.000	RIO DAS ANTAS		1		2		2				2	2	2	2	2		2		2
SRO	Rua: José Bressan – S/Nº 2578 Bairro: Centro - Riqueza – SC CEP: 89.895.000	RIQUEZA		1		2		2				2	2	2	2	2		2		2
SRO	Rua: 7 de setembro, s/nº Bairro: Centro - Romelândia – SC CEP: 89.908.000	ROMELANDIA		2									2	2	2	2		2		2
SRO	RUA ALVARO COSTA, S/N	SALTINHO		1		2		2				2	2	2	2	2		2		2
SRO	RUA SAUL BRANDALISE, 312 CIDADE ALTA 89595-000	SALTO VELOSO		1		2		2				2	2	2	2	2		2		2



COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
www.casan.com.br - www.licitacoes-e.com.br - pregao@casan.com.br



SRO	Rua: do Comércio - Nº 583 - Sala 02 Bairro: Centro - São Carlos – SC CEP: 89.885.000	SAO CARLOS		1												2	2	2	2		2					2
SRO	Rua: Presidente Getúlio Vargas - Nº 544 - Sala 01 Bairro: Centro - São Domingos – SC CEP: 89.835.000	SAO DOMINGOS			1			2		2	2	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
SRO	Rua: Nereu Ramos – Nº 580 Bairro: Centro - S. Lourenço do Oeste – SC CEP: 89.990.000	SAO LOURENÇO DO OESTE		3	1		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
SRO	Rua: Osvaldo Cruz, nº 189 – Bairro: Centro – S. M. do Oeste – SC CEP: 89.900-000	SAO MIGUEL DO OESTE		5	2		3	2	3	2	2	2	3	2	2	2	2	2	2	2	2	3	2	2	2	2
SRO	Rua: do Comércio – Nº 406 Prédio do Governo Bairro: Centro - Seara – SC CEP: 89.770.000	SEARA		3										2	2	2	2		2						2	
SRO	Av.: Irmãos Picolli – Nº 450 Bairro: Centro - Tangará – SC CEP: 89.642.000	TANGARA		1			2		2					2	2	2	2	2		2		2			2	2
SRO	Rua: Tirol – Nº 320 Bairro: Centro - Treze Tílias – SC CEP: 89.650.000	TREZE TILIAS		2			2		2					2	2	2	2	2		2		2			2	2
SRO	Rua: Vicente Sponchiado - S/Nº Bairro: Centro - Vargeão – SC CEP: 89.690.000	VARGEAO		1			2		2					2	2	2	2	2		2		2			2	2
SRO	Rua: São Gabriel - S/Nº Bairro: Centro - Vargem Bonita – SC CEP: 89.875.000	VARGEM BONITA		1											2	2	2	2		2					2	2
SRO	Rua: Vereniano Passos - Nº 430 Bairro: Centro - Videira – SC CEP: 89.560.000	VIDEIRA		8	3		3	2	3	2	2	2	3	3	3	3	3	3	2	3	2	3	2	3	2	3
SRO	Rua: General Osório – Nº 373 Bairro: Centro - Xanxerê – SC CEP: 89.820.000	XANXERE		3	4		2	3	2	3	3	3	2	2	2	2	2	2	3	2	3	2	3	2	3	2
SRO	Rua: Rio Grande - Nº 808 – Térreo Bairro: Centro - Xaxim SC CEP: 89.825.000	XAXIM		4	1		3	2	3	2	2	2	3	2	2	2	2	2	2	2	2	3	2	2	2	2
SRS	Av: Eduardo Salmória – 716 Bairro: Centro - Anita Garibaldi/SC CEP: 88.590.000	ANITA GARIBALDI		1			2		2					2	2	2	2	2		2		2			2	2
SRS	Rua: Manoel Pereira – 245 Bairro: Centro – Armazém/SC CEP: 88.740.000	ARMAZEM		1			2		2					2	2	2	2	2		2		2			2	2
SRS	AV HENRIQUE ASSINK, 632	BOCAINA DO SUL		1			2		2					2	2	2	2	2		2		2			2	2
SRS	AV MANOEL ESTEVES, 59 CENTRO 88640-000	BOM JARDIM DA SERRA		1			2		2					2	2	2	2	2		2		2			2	2
SRS	Rua: João Teófilo Deucher – 166 Bairro: Centro - Bom Retiro/SC CEP: 88.680.000	BOM RETIRO		2	1		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
SRS	Rua: Senador Raulino Horn – 182 Bairro: Centro - Braço do Norte/SC CEP: 88.750.000	BRAÇO DO NORTE		5	2			2		2	2	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
SRS	Rua: Major Teodósio P. Furtado – 299 Bairro: Centro - Campo Belo do Sul/SC CEP: 88.580.000	CAMPO BELO DO SUL		1			2		2					2	2	2	2	2		2		2			2	2



COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
www.casan.com.br - www.licitacoes-e.com.br - pregao@casan.com.br



SRS	Rua: Saulo Waltrick de Cordova - S/Nº Bairro: Centro – Capão Alto/SC CEP: 88.534.000	CAPAO ALTO		1		2	2			2	2	2	2	2		2		2		2
SRS	Rua: Helio Francisco Pereira - S/Nº Bairro: Centro - Cerro Negro/ SC CEP: 88.585.000	CERRO NEGRO		1		2	2			2	2	2	2	2		2		2		2
SRS	Rua: Tancredo Neves – 1045 Bairro: Centro - Correia Pinto/SC CEP: 88.535.000	CORREIA PINTO		3	1	3	2	3	2	2	2	3	2	2	2	2	2	3	2	2
SRS	Rua: XV de Novembro – 205 Bairro: Centro – Criciúma/SC CEP: 88.801-140	CRICIUMA		49	12	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
SRS	Av: Cinquentenário Leonardo Steiner – 39 Bairro: Centro – Forquilha/SC CEP: 88.850.000	FORQUILHINHA		6	2	3	2	3	2	2	2	3	2	2	2	2	2	3	2	2
SRS	Rua: Marcos Inácio de Abreu – 266 Bairro: Ferraz – Garopaba/SC CEP: 88.495.000	GAROPABA		5	1	2		2	2	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2
SRS	Rua: Duque de Caxias – 820 Bairro: Centro – Içara/SC CEP: 88820-000	IÇARA		3	1	2		2	2	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2
SRS	Rua: Cel. Fernandes Martins – 350 Bairro: Progresso – Laguna/SC CEP: 88.790.000	LAGUNA		15	4	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
SRS	Rua: Criciúma – 40 Bairro: Vila Beatriz – Maracajá/SC CEP: 88.915-000	MARACAIA		1		3		3				3	2	2	2	2		3		2
SRS	Rua: Eugenio Pagnam – 237 Bairro: Centro - Morro da Fumaça/SC CEP: 88.830.000	MORRO DA FUMAÇA		2								2	2	2	2		2			2
SRS	Rua: Dos Imigrantes - 319 - Ed. Humberto Gava Bairro: Centro - Nova Veneza/SC CEP: 88.865.000	NOVA VENEZA		2		2		2				2	2	2	2	2		2		2
SRS	Rua: Augustinho Matias – 35 Bairro: Pinheiros – Otacílio Costa/SC CEP: 88.540.000	OTACILIO COSTA		5	1	3	2	3	2	2	2	3	2	2	2	2	2	3	2	2
SRS	Rua: Placides Barbosa – S/Nº Bairro: Centro – Paineira/SC CEP: 88543-000	PAINEL		1		2		2				2	2	2	2	2		2		2
SRS	Rodovia SC 114 - S/Nº Bairro: Centro – Palmeira/SC CEP: 88.535.000	PALMEIRA		1		2		2				2	2	2	2	2		2		2
SRS	Rua: Guilherme Rodrigues Da Silva – 300 Bairro: Centro – Passo de Torres/SC CEP: 88.980-000	PASSO DE TORRES		2		2		2				2	2	2	2	2		2		2
SRS	Rua: João de Souza – 256 Bairro: Centro – Paulo Lopes/SC CEP: 88490-000	PAULO LOPES		2		2		2				2	2	2	2	2		2		2
SRS	Rua: Nereu Ramos - S/Nº Bairro: Centro - Rio Fortuna/SC CEP: 88.760.000	RIO FORTUNA		1		2		2				2	2	2	2	2		2		2
SRS	Rua: Nereu Ramos - S/Nº Bairro: Centro - Foruna/SC CEP: 88.760.000	SANTA ROSA DE LIMA		1		2		2				2	2	2	2	2		2		2
SRS	Rua: Anselmo Borma Esquina com Jaime Grindler - S/Nº Bairro: Centro - São João do Sul/SC CEP: 88.970.000	SAO JOAO DO SUL		1		2		2				2	2	2	2	2		2		2



COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
www.casan.com.br - www.licitacoes-e.com.br - pregao@casan.com.br



SRS	Rua: Marcos Batista – 794 Bairro: Centro - São Joaquim/SC CEP: 88.600.000	SAO JOAQUIM		6	2			2		2	2	2		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
SRS	Rua: Anacleto da Silva Ortiz – 64 Bairro: Centro – São José de Cerrito/SC CEP: 88.570-000	SAO JOSE DO CERRITO		1				2		2				2	2	2	2	2		2		2		2	
SRS	Rua: José Mendonça – 135 Bairro: Centro – Armazém/SC CEP: 88.740.000	SAO MARTINHO - GUABIROBA		1				2		2				2	2	2	2	2		2		2		2	
SRS	Rua: Siderúrgica – 217 Bairro: Centro – Siderópolis/SC CEP: 88.860.000	SIDEROPOLIS		3	1			2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
SRS	Rua: Ademar Ghizzi – 168 Bairro: Centro - Treze de Maio/SC CEP: 88.710.000	TREZE DE MAIO		1				2		2				2	2	2	2	2		2		2		2	
SRS	Rua: Rui Barbosa – 2346 – Sala 1 e 2 Bairro: Cidade Alta – Turvo/SC CEP: 88.930.000	TURVO		4	1			3	2	3	2	2	2	3	2	2	2	2	2	2	2	3	2	2	
SRS	Av: Adolfo Konder – 204 Bairro: Centro – Urubici/SC CEP: 88.650.000	URUBICI		1				2		2				2	2	2	2	2		2		2		2	
SRS	Rua: Manoel Pereira de Menezes – 200 Bairro: Centro – Urupema/SC CEP: 88.625.000	URUPEMA		1				2		2				2	2	2	2	2		2		2		2	
TOTAIS			15	602	168																				

Especialidades da rede Credenciada:

- Mecânica Geral – Motocicletas (mecânica e elétrica);
- Mecânica Geral – Leves (mecânica e elétrica);
- Mecânica Geral – Pesados (mecânica, elétrica e hidráulica de equipamentos operacionais e máquinas retroescavadeiras);
- Lanternagem e Pintura – Leves;
- Lanternagem e Pintura – Pesados;
- Lanternagem e Pinturas – Implementos rodoviários;
- Lanternagem e Pinturas – Equipamentos operacionais
- Manutenção Leve/Serviço Expresso;
- Montagem de Pneus, Cambagem, Alinhamento de Direção e Balanceamento de Rodas, recapagem de pneus - leves e pesados;
- Aplicação de Peças, Partes, Componentes e Acessórios - leves e pesados;
- Serviço Elétrico e de Baterias;
- Serviço de Lavagem de Veículos leves;
- Serviço de Lavagem de Veículos pesados;
- Serviço de Borracharia de Veículos leves;
- Serviço de Borracharia de Veículos pesados;
- Serviço de Guincho;
- Reparos em Carrocerias e Baús de Veículos Pesados;
- Capotaria/Tapeçaria/Estofaria (reparo de estofamento, volante, forração interna).

LAYOUT VTAX - SAP

Reg. 0 – Cabeçalho

Descrição	Categoria de dados	Nº de posições	Casas decimais	Formato	OBS
Tipo do Registro	Alfanumérico	1			Fixo = "0"
CPF/CNPJ do prestador	Alfanumérico	14			
Nome do prestador	Alfanumérico	60			
Pessoa Jurídica (S/N)	Alfanumérico	1			"S" = Pessoa Jurídica
Séries	Alfanumérico	3			
Subséries	Alfanumérico	2			
Nº nota fiscal	Númerico	9			
Data do documento	Data	8		yyyyMMdd	
Data do lançamento	Data	8		yyyyMMdd	
Código da empresa	Alfanumérico	4			Fixo = "1000"
Código da filial	Alfanumérico	4			Fixo = "0001"
Código do centro	Alfanumérico	4			Fixo = "M001"
CNPJ do tomador	Alfanumérico	14			
Modelo da nota fiscal	Alfanumérico	2			Fixo = "01"
Moeda do documento	Alfanumérico	5			Fixo = "BRL"
Valor total NF	Númerico	15	2		
Valor de desconto	Númerico	15	2		

Reg. 1 – Itens

Descrição	Categoria de dados	Nº de posições	Casas decimais	Formato	OBS
Tipo do Registro	Alfanumérico	1			Fixo = "1"
Número sequencial de itens da nota fiscal	Númerico	3			Será utilizado para vincular com os registros da aba "Reg. 2 - Impostos"
Código do serviço prestado	Alfanumérico	6			Ex: MNTSRV
Código de controle do Serviço (NCM)	Alfanumérico	16			Ex.: 14.01. Trata-se do item e sub-item da lista de serviço da Lei Complementar 116/03.
Quantidade	Númerico	13	3		
Unidade de medida	Alfanumérico	3			
Valor unitário	Númerico	16	6		
Valor total do item	Númerico	15	2		
Valor de desconto do item	Númerico	15	2		

Reg. 2 – Impostos

Descrição	Categoria de dados	Nº de posições	Casas decimais	Formato	OBS
Tipo do Registro	Alfanumérico	1			Fixo = "2"
Número do item a que se refere o imposto	Númerico	3			Utilizado para identificar o "Número do item do documento" da aba Reg. 1 - Itens
Código do imposto	Alfanumérico	4			Ex: ISS
Valor da base de cálculo	Númerico	15	2		
Valor de dedução da base de cálculo	Númerico	15	2		
Alíquota do imposto	Númerico	6	2		
Valor do imposto	Númerico	15	2		
Imposto retido na fonte	Booleano	1			Se verdadeiro, preenchido com 'X'. Se falso, deixar em branco

ANEXO III - DECLARAÇÕES

**MODELO 1
DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE**

(Papel timbrado ou carimbo da empresa)

A _____ (Razão Social da Empresa) _____, CNPJ nº _____, localizada à _____, **DECLARA**, para fins de participação na licitação **PREGÃO Nº ____/2016**, promovida pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Florianópolis, ____ de _____ de ____.

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)

**MODELO 2
DECLARAÇÃO DO PROPONENTE DE CUMPRIMENTO AO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

REF: PREGÃO Nº ____/2016

_____ inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local, ____ de _____ de ____.

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO IV

MINUTA CONTRATUAL

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS –
STE Nº /**

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Instrumento particular de Contrato, que celebram a **COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN** e a empresa .

0CLÁUSULA PRIMEIRA - PREÂMBULO

1.1 - CONTRAENTES

Celebram o presente Contrato a **COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN**, sociedade de economia mista estadual, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº 1.502, inscrita no CNPJ do MF sob nº 82.508.433/0001-17, com sede à Rua Emílio Blum, nº 83, na cidade de Florianópolis/SC, doravante simplesmente denominada "**CASAN**" e a empresa , inscrita no CNPJ do MF sob nº , com sede na Rua , nº , Bairro , na cidade de , doravante simplesmente denominada "**CONTRATADA**".

1.2 - REPRESENTANTES

Representam a **CASAN**, conforme poderes outorgados em seu estatuto, os seus Diretores, adiante assinados e a **CONTRATADA** por seu representante legal, adiante assinado, em conformidade com o Instrumento Procuratório, apresentado e arquivado na **CASAN**.

1.3 - FUNDAMENTO CONTRATUAL

A celebração deste Contrato decorre da Homologação nº , datada de / / , da Diretoria da **CASAN**, que aprovou o julgamento do Pregão Presencial nº 121/2016.

1.4 - LOCAL E DATA

Lavrado na sede da **CASAN**, na cidade de Florianópolis/SC, aos / / .

1.5 - REGIME LEGAL

As contraentes expressam sujeição às cláusulas contratuais, às disposições constantes na Lei nº 10.520 de 17/07/02, Lei Estadual nº 12.337 de 05/07/02, Regulamento da **CASAN** aprovado através da Resolução nº 27 de 17/11/06, com a aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, e a Lei Complementar nº 123/06 de 14/12/06.

1CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

2.1 - DISCRIMINAÇÃO

O objeto do presente Contrato é ajustar com a **CONTRATADA**, a Prestação de Serviços Técnicos Especializados de gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva dos veículos e equipamentos hidráulicos, por meio de sistema informatizado que contemple todas as despesas efetuadas, incluindo a realização dos serviços e a substituição e fornecimento de peças e acessórios para a **CASAN**, em lote único, relacionados e especificados no Anexo I - Planilha de Preço e Modelo de Proposta Detalhada, Anexo II - Termo de Referência, na **Autorização Contratual nº** , anexa, nas condições apresentadas em seu orçamento-proposta nº , datado de / / , os quais são partes integrantes deste Termo.



COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

www.casan.com.br - www.licitacoes-e.com.br - pregao@casan.com.br



02.2 - PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para execução dos serviços será de **365 (trezentos e sessenta e cinco)** dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Autorização Contratual, que coincidirá com a data de assinatura do Contrato, expedida pela Divisão de Convênios e Contratos da **CASAN**. Este prazo poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a sessenta meses, de acordo com o previsto no inciso II do § 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

2.3 - LOCAL DE EXECUÇÃO

IA CONTRATADA deverá operar por meio de rede de postos credenciados, conforme previsto no item 4 do Termo de Referência, anexo ao Edital.

2.3.1 - Os cartões para gerenciamento da manutenção dos veículos deverão ser entregues no endereço: Rua Quinze de Novembro, 230, Balneário Estreito, Florianópolis/SC – CEP: 88.075-220 - na Gerência Administrativa/Divisão de Transportes (GAD/DITRA).

2.4 - PRAZO PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA

Os prazos para operacionalização do sistema deverão atender ao estipulado no item 5 do Termo de Referência, anexo ao Edital.

2.5 - REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução dos serviços é o de empreitada por preço unitário.

2.6 - TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Os serviços objeto deste Contrato não poderão ser transferidos ou subcontratados, no todo ou em parte.

2.7 - GESTOR DO CONTRATO

O gestor deste Contrato é _____, lotado na _____ da **CASAN**, e-mail: _____@casan.com.br, telefone: _____.

2.8 - FISCAL DO CONTRATO

a) O fiscal deste contrato para a Matriz: _____, lotado na _____ da **CASAN**, e-mail: _____@casan.com.br, telefone: _____ e _____, lotado na _____ da **CASAN**, e-mail: _____@casan.com.br, telefone: _____.

b) O fiscal deste contrato para a Superintendência Regional de Negócios da Região Metropolitana – SRM: _____, lotado na _____ da **CASAN**, e-mail: _____@casan.com.br, telefone: _____ e _____, lotado na _____ da **CASAN**, e-mail: _____@casan.com.br, telefone: _____.

c) O fiscal deste contrato para a Superintendência Regional de Negócios da Região Sul/Serra – SRS: _____, lotado na _____ da **CASAN**, e-mail: _____@casan.com.br, telefone: _____ e _____, lotado na _____ da **CASAN**, e-mail: _____@casan.com.br, telefone: _____.

d) O fiscal deste contrato para a Superintendência Regional de Negócios da Região Norte/Vale – SRN: _____, lotado na _____ da **CASAN**, e-mail: _____@casan.com.br, telefone: _____ e _____, lotado na _____ da **CASAN**, e-mail: _____@casan.com.br, telefone: _____.

e) O fiscal deste contrato para a Superintendência Regional de Negócios da Região Oeste - SRO: _____, lotado na _____ da **CASAN**, e-mail: _____@casan.com.br, telefone: _____ e _____, lotado na _____ da **CASAN**, e-mail: _____@casan.com.br, telefone: _____.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E REAJUSTAMENTO

3.1 - VALOR DO CONTRATO

A **CASAN** pagará à **CONTRATADA**, pela prestação dos serviços, objeto deste Contrato, o valor total de **R\$** (_____), decorrente da incidência da Taxa de Administração de _____ % (.....por cento) aplicada sobre o valor total disponibilizado pela **CASAN** para efeitos financeiros, fiscais e contratuais, que abrange impostos, taxas, fretes, embalagens,

carga, descarga, riscos e tributos, consoantes o disposto na licitação, na Proposta e Anexos da **CONTRATADA**, datada de / / , os quais são partes integrantes deste Termo.

3.1.1 - VALOR MENSAL DO CONTRATO

A **CASAN** pagará mensalmente a **CONTRATADA** pela prestação dos serviços objeto deste Contrato o percentual, a título de Taxa de Administração, de % (por cento), da qual incidirá sobre as despesas de combustíveis, lubrificantes, e serviços de manutenção da frota de veículos da **CASAN**, realizados na rede credenciada, limitado ao valor disponibilizado pela **CASAN**, constante neste termo.

3.1.2 - A **CASAN**, a título meramente estimado e informativo disponibilizará o valor anual de R\$ () que será destinado tão somente ao pagamento das despesas com manutenção (peças para manutenção e mão de obra/manutenção) da frota, podendo este valor sofrer alterações mediante situações futuras relacionadas ao número de sistemas atendidos pela Cia (acréscimo e/ ou decréscimo) que refletem diretamente no porte da frota e, por conseguinte, nas despesas com manutenção, para o período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

3.1.3 - O Contrato vigorará por meio da Taxa de Administração, positiva ou negativa, que poderá ter até duas casas decimais, sendo que o seu desembolso ocorrerá da seguinte forma:

a) **Quando Positiva:** A **CASAN** pagará mensalmente pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, a título de Taxa de Administração, o percentual definido na etapa de lances, do valor disponibilizado no mês decorrente das despesas apuradas consoante ao objeto do Contrato.

b) **Quando Negativa:** A **CASAN** receberá da **CONTRATADA** mensalmente, desconto pela prestação dos serviços objeto deste contrato, a título de Taxa de Administração, o percentual negativo definido na etapa de lances, do valor disponibilizado no mês decorrente das despesas apuradas consoante ao objeto do contrato.

3.2 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.2.1 - O prazo de pagamento será de **30 (trinta)** dias após o aceite da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) pela GAD/DITRA. A **CONTRATADA** deverá informar na(s) Nota(s) Fiscal(is) o número da AF correspondente.

3.2.2 - O período de faturamento será do 1º ao último dia do mês de competência. A Nota Fiscal/Fatura relativa ao objeto contratado deverá ser emitida, no mês subsequente, em conformidade com a legislação municipal, estadual e federal pertinentes.

3.2.3 - A **CONTRATADA** deverá entregar a Nota Fiscal à GAD/DITRA da **CASAN** até o dia 04 (quatro) do mês subsequente da execução dos serviços.

3.2.4 - A **CONTRATADA** deverá entregar, juntamente com a Nota Fiscal, relatório impresso e em arquivo digital, no formato *.xls, contendo todas as despesas realizadas no período de faturamento. Deverão constar do relatório as seguintes informações: Placa do veículo, condutor responsável, localização do veículo (centro de custo), prestador do serviço (executor), dados cadastrais do prestador de serviço, tipo de serviço/material, valor (R\$) realizado pelo serviço/aquisição;

3.2.5 - A **CONTRATADA** deverá entregar, juntamente com a Nota Fiscal, arquivo com as retenções de impostos, que obrigatoriamente deverão coincidir com a soma das notas fiscais referentes ao período do faturamento, que deve ser do 1º ao último dia do mês de competência;

a) Em virtude da lei que trata da Substituição Tributária, a **CONTRATADA** deverá fornecer solução para retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS), incidente nas notas de serviços, de acordo com a legislação do município onde a oficina está estabelecida e conforme layout dos arquivos, de acordo com o constante no Anexo II - Termo de Referência, Apêndice B;

b) Os arquivos contendo as retenções de impostos deverão ser separados em: um arquivo contendo os itens de Serviços (Mão de Obra), um arquivo contendo os itens de Materiais (Peças) e outro arquivo contendo itens de Taxa de Administração.

3.2.6 - A **CONTRATADA** deverá fornecer, mensalmente, Nota Fiscal única com a consolidação financeira do quantitativo e/ou serviços prestados, discriminado o total com peças e mão de obra separadamente e da Taxa de Administração. A Nota Fiscal única deverá detalhar, separadamente ou através de relatório anexo a nota: o valor global das Peças para Manutenção; o

valor global da Mão de Obra utilizada.

3.2.7 - CONDICIONAMENTO LIBERATÓRIO DE PAGAMENTO

O pagamento da fatura mensal, quando nesta couber a Retenção para a Previdência Social - INSS, só será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos abaixo elencados:

- a) Guia de Recolhimento do FGTS e informação à Previdência Social - GFIP, por Contrato, identificando o tomador dos serviços; e o protocolo de envio do arquivo da Conectividade Social;
- b) Nominata dos empregados da empresa indicando o número da Carteira de Trabalho, CNPF e carteira de identidade;
- c) Guia da Previdência Social - GPS (sobre a folha de pagamento);
- d) Comprovante de pagamento dos salários e demais obrigações trabalhistas;
- e) Laudos referentes ao Art. 291 da Instrução Normativa nº 971 de 13/11/09 da Receita Federal do Brasil.

A **CONTRATADA** deverá observar no corpo da nota fiscal, quando couber, a retenção para a seguridade social, destacando no corpo daquela a base de cálculo, o valor a ser retido, e a alíquota, conforme Art. 126 da Instrução Normativa nº 971 de 13/11/09 da Receita Federal do Brasil.

3.2.8 - DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - ISS

- a) Quanto ao Imposto Sobre Serviço – ISS, este será retido na fonte por Substituição Tributária, em cumprimentos a Lei Complementar da Presidência da República nº 116, de 31 de julho de 2003, em consonância com a Lei Complementar dos municípios de Santa Catarina.
 - a1) Para as notas fiscais de prestação de serviço emitidas pelo município em que ocorreu a prestação do serviço, deve ser apresentado o comprovante do recolhimento do ISS.
- b) A não apresentação do que exige a alínea “a1”, o tomador dos serviços fará a retenção na fonte e repassará ao município correspondente;
- c) O prestador deverá discriminar na nota fiscal de prestação serviços, as seguintes informações: Município da prestação do serviço, Código do serviço conforme Lista de Serviço anexa à Lei Complementar da Presidência da República nº 116, de 31 de Julho de 2003, Alíquota (%) e Valor do ISS;
- d) A base de cálculo do ISS é o custo do serviço em sua totalidade, não devendo ser deduzido o valor dos materiais adquiridos de terceiros.

3.2.9 - DO MÓDULO DE RETENÇÃO DE IMPOSTOS

O sistema deverá dispor de solução para a retenção de impostos municipais e federais ISS, PIS, COFINS e CSLL (PCC) de acordo com as legislações vigentes. A solução deverá contemplar o cadastro das regras e alíquotas no sistema, geração de relatórios de integração com informações detalhadas relacionadas a prestação do serviço (número da nota fiscal emitida pelo estabelecimento, CNPJ do prestador de serviço, município onde ocorreu o fato gerador, alíquota de ISS, valor da nota, percentual retido, data do fato gerador, etc.). Esse relatório deverá possuir layout que possibilite inúmeras configurações e a integração com o sistema fiscal da CASAN, transferindo as informações relativas as retenções de forma integrada e informatizada, dispensando o lançamento manual.

3.2.10 - EMPRESA DO SIMPLES NACIONAL

Para obter o benefício da não retenção do IR e PIS/COFINS/CSLL na fonte, a **CONTRATADA** deverá apresentar a cada processo de envio de notas fiscais, Declaração conforme modelo do Anexo I da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 459/2004, atualizada, com nome legível do representante legal, e assinada pelo representante legal, sempre em via original.

3.2.11 - A CONTRATADA, caso seja considerada **DESONERADA**, nos moldes da Lei Federal nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e alterações trazidas pela Lei Federal nº 12.844, de 19 de Julho de 2013 e Lei Federal nº 13.043, de 13 de Novembro de 2014, deverá apresentar a cada processo de nota fiscal: Declaração atualizada original, conforme modelo do Anexo III da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1436/2013, com nome legível e assinada pelo representante legal, bem como destacar na nota fiscal, a alíquota e valor a ser retido para a Previdência Social.

3.2.12 - A CONTRATADA declara, conforme proposta nº , datada de / / , que a sua Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE principal é (informar também os secundários, quando houver).

3.3 - ATRASO DE PAGAMENTO

A **CASAN** pagará por eventuais atrasos de pagamento, encargos financeiros conforme o disposto no *caput* do art. 117, da Constituição Estadual de Santa Catarina.

3.4 - RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento do objeto deste Contrato são provenientes do Orçamento 2016 e 2017 da **Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN**, na conta nº 1010101.

3.5 - REAJUSTAMENTO

A Taxa de Administração será fixa e irrevogável durante os primeiros 12 (doze) meses de contratação. Após, a revisão será conforme a variação do valor e da quantidade de créditos a serem disponibilizados, mantendo-se fixa ou reduzida a Taxa de Administração durante a vigência do Contrato.

2CLÁUSULA QUARTA - GARANTIA

4.1 - GARANTIA TOTAL

Em garantia ao exato cumprimento do estatuído neste contrato, a CONTRATADA recolherá na Tesouraria da CASAN, a importância de R\$ 0,00 (), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total deste Contrato, apresentando no ato da assinatura do presente termo o recibo de recolhimento.

4.2 - MODALIDADES

Caberá a CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) Caução em dinheiro, e/ou títulos da Dívida Pública; devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança Bancária.

3CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES

5.1 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste Contrato.

5.2 - A inadiplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à **CASAN** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato. Na ocorrência de propositura de ações judiciais versando sobre os encargos mencionados a **CONTRATADA** deverá requerer imediatamente a exclusão da **CASAN** da lide, sob pena de sofrer as sanções previstas em Lei.

5.3 - A CONTRATADA deverá atender às Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho aprovadas pela Portaria 3214 do Ministério do Trabalho e Emprego, de 08 de junho de 1978, respeitadas as atualizações daquelas.

5.4 - A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como todas as obrigações exigidas no Anexo II – Termo de Referência.

5.5 - A CONTRATADA, após a assinatura do Contrato, em até 05 (cinco) dias úteis deverá nomear responsável pelo acompanhamento dos serviços, um preposto com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Este responsável terá a obrigação de reportar-se, quando

houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.

5.6 - A CONTRATADA, após assinatura do contrato, deverá apresentar ao Gestor do Contrato a Rede Credenciada nos prazos estipulados no Item 13.2.6 do Edital.

5.7 - A CONTRATADA deverá manter a rede credenciada mínima conforme o item 4 do Termo de Referência, anexo ao Edital e de acordo com o Apêndice A, durante toda a execução do Contrato.

5.8 - As oficinas credenciadas deverão prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva e as peças e acessórios aplicados nas manutenções preventivas e corretivas deverão ser novas, originais e genuínas.

5.9 - Nas localidades onde houver restrição de estabelecimentos, a **CONTRATADA**, sempre que possível, procurará buscar novas opções de credenciamento de forma que a **CASAN** possa vir a realizar os serviços de manutenção naquela localidade.

5.10 - Em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a partir do recebimento da comunicação (via e-mail ou dispositivo equivalente) da **CASAN**, a **CONTRATADA** deverá efetuar novos credenciamentos motivados pela expansão da frota ou de Unidade Operacional.

5.11 - No prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação da **CASAN**, a **CONTRATADA** deverá descredenciar estabelecimento que venha a desatender às exigências regulamentares para funcionamento e emissão dos documentos fiscais, credenciando um novo estabelecimento que demonstre cumprimento de tais exigências.

5.12- O prazo de garantia dos serviços de manutenção executados pela rede credenciada e das peças e componentes aplicados será aquele previsto no Código de Defesa do Consumidor – CDC, computado a partir do ateste das respectivas notas fiscais, ressalvado prazo maior concedido pelo estabelecimento ou fabricante, respectivamente.

5.13 - No período de garantia, ocorrendo defeito, o estabelecimento responsável pela manutenção executada deverá promover a substituição de componentes ou partes defeituosas, bem como fornecer a mão de obra necessária para o devido reparo, sem ônus adicional.

- Os estabelecimentos credenciados são responsáveis pelo armazenamento e descarte dos lubrificantes, peças/componentes e demais resíduos poluentes utilizados nos serviços de manutenção veicular, fazendo-o em conformidade com a legislação ambiental em vigor.

5.14 - Os estabelecimentos credenciados deverão operar com pessoal habilitado e qualificado para execução dos serviços, de acordo com as especificações recomendadas pelos fabricantes dos veículos, mediante emprego de técnica e ferramenta adequados.

5.15 - Somente poderão ser credenciados estabelecimentos autorizados a funcionar pelos órgãos reguladores e que estejam em conformidade com a legislação específica e ambiental, que tenham condições de emitir documento fiscal comprovando os serviços de manutenção e aplicação de peças/partes automotivas.

5.16 - Caberá à **CONTRATADA** verificar a condição de regularidade de funcionamento dos estabelecimentos por ela credenciados a atuar para a **CASAN**.

5.17 - A CONTRATADA deverá reembolsar todos os estabelecimentos que fizerem parte da rede credenciada, inexistindo qualquer relação financeira entre estes estabelecimentos e a **CASAN**. A execução completa do Contrato só acontecerá

quando comprovado o pagamento de todas as obrigações registradas após a assinatura do Contrato.

5.18 - A CONTRATADA deverá disponibilizar Sistema Informatizado de Gerenciamento de Manutenção, compatível com o ambiente seguro, via WEB, on-line e em tempo real, interligando os locais de atendimento com a **CASAN**. Referido sistema deverá atender a todos os requisitos contidos no item 3 do Anexo II – Termo de Referência.

5.19 - Em até 20 (vinte) dias corridos, contados da assinatura do Contrato, a **CONTRATADA** deverá enviar à **CASAN**, em suas instalações, um representante para apresentar o sistema, com acesso on-line, com vistas a efetuar repasse de conhecimento aos empregados indicados pela **CASAN**, demonstrando-lhes todas as funcionalidades disponibilizadas pelo sistema, a partir daí considerando-se o sistema como instalado.

5.20 - A CONTRATADA deverá efetuar treinamento relacionado à operação do sistema aos usuários definidos pela **CASAN**, bem como disponibilizar a plataforma e efetuar treinamento para operação nos estabelecimentos credenciados.

5.21 - Todo o investimento necessário à implantação do sistema, tais como a instalação dos equipamentos de leitura; softwares de gravação e transmissão de dados; credenciamento da rede de empresas fornecedoras; manutenção do sistema e repasse de conhecimento ao pessoal, fornecimento de manuais de operação e tudo mais que se fizer necessário para o bom funcionamento do sistema, será de responsabilidade da **CONTRATADA**, não cabendo qualquer ônus adicional à **CASAN**.

5.22 - A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico através de serviço de atendimento ao cliente, por telefone e internet, que permita a comunicação entre as partes, 24 horas todos os dias do ano, não sendo aceito sistema de atendimento eletrônico.

5.23 - A CONTRATADA deverá garantir a implementação de novas funcionalidades, atualização do sistema e aperfeiçoamento operacional, sem ônus para a **CASAN**.

5.24 - As Unidades Operacionais da **CASAN** poderão, trimestralmente, formalizar envio de consulta de preços aos estabelecimentos credenciados, solicitando-lhes cotação para execução dos serviços de lavação, borracharia e reboque/guincho, ou do valor homem/hora e desconto (percentual) peças/material de consumo para aos serviços de manutenção veicular, no sentido de identificar melhor preço ofertado naquele período para as demandas das Unidades.

5.25 - A CASAN encaminhará os veículos ao(s) estabelecimento(s) credenciado(s) para realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva e deles os recolherá devidamente mantidos.

5.26 - O estabelecimento inserirá no sistema o laudo/orçamento com a identificação do veículo e de seu hodômetro, com a indicação do defeito verificado, as peças/componentes/óleos lubrificantes a serem aplicadas no reparo, com a respectiva codificação, a quantidade de horas a serem utilizadas por tipo de serviço e o prazo para conclusão.

5.27 - O laudo/orçamento deverá ser disponibilizado à **CASAN** no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar do dia seguinte ao do recebimento do veículo no estabelecimento credenciado.

5.28 - Para os casos que envolvam desmontagem de motor, câmbio ou suspensão, ou outros que apresentem maior complexidade, o laudo/orçamento deverá ser disponibilizado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do dia seguinte ao do recebimento do veículo no estabelecimento.

5.29 - Para definição do prazo de reparo e consequente liberação do veículo à **CONTRATADA**, deverão ser considerados os tempos previstos na tabela tempária do fabricante, acrescidos dos tempos de preparação de veículo, dos equipamentos/ferramentas e da lavação, quando necessária.

5.30 - Nos casos em que, comprovadamente, se verifique no mercado indisponibilidade de peças de reposição ou outros insumos, os prazos de execução serão estabelecidos em comum acordo entre a **CASAN** e o estabelecimento da rede credenciada.

- 5.31** - Conhecido o laudo/orçamento, a **CASAN** analisará os respectivos custos e a conveniência da execução total ou parcial dos serviços e, verificada sua economicidade, autorizará aquele estabelecimento que lhe ofertou o melhor preço para executar o serviço de manutenção.
- 5.32** - Caso ocorra exclusão total ou parcial de itens do orçamento, o estabelecimento credenciado será ressarcido do ônus decorrente de mão-de-obra da desmontagem/montagem, pertinente a Ordem de Serviço, devidamente analisada e aprovada pela **CASAN**.
- 5.33** - Caso durante a execução dos serviços forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento do orçamento original aprovado, o estabelecimento credenciado deverá submeter novo orçamento para aprovação da **CASAN** antes da realização do serviço.
- 5.34** - Não serão aceitos pela **CASAN**, orçamentos que indiquem preços de peças/componentes e de serviços superiores aos da tabela do fabricante. De forma análoga, também não serão aceitos prazos de realização dos serviços maiores que o estabelecido na tabela temporária do fabricante.
- 5.35** - A **CONTRATADA** também disponibilizará à **CASAN** acesso ao sistema que permita consulta de preços de peças e tempo padrão do fabricante, sem ônus adicional, durante a vigência do Contrato.
- 5.36** - A **CASAN** poderá vir a fornecer as peças/acessórios/componentes necessários ao reparo dos veículos, oriundas de Contrato(s) de fornecimento que já possua.
- 5.37** - Os serviços somente poderão ser executados pelo estabelecimento credenciado após expressa aprovação e autorização no sistema pelo(s) fiscal(is) da **CASAN**.
- 5.38** - Nos casos de manutenção emergencial, devido as características do serviço, ambiente ou urgência, quando o valor ficar abaixo de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais), a solicitação de 3 cotações é facultativa.
- 5.39** - O sistema de gerenciamento da manutenção deverá operar de forma integrada, ininterrupta e contínua, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, de forma a manter a continuidade nos serviços de manutenção veicular.

4CLÁUSULA SEXTA - PENALIDADES

6.1 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato a **CASAN** poderá, garantida prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

- I) Advertência;
- II) Multa. Será cobrada multa de 0,2% (zero vírgula dois pontos percentuais) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez pontos percentuais) do valor da Nota Fiscal principal e de reajuste, se houver;
- III) Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar a **CASAN**, por um prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- IV) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

O não cumprimento de qualquer das etapas constantes no item 5 do Anexo II - Termo de Referência, também ensejará em aplicação de penalidade.

5CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO

7.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei. Dentre outros, constituem motivos para rescisão do Contrato:

7.1.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

7.1.2 - A lentidão do seu cumprimento levando a **CASAN** a comprovar a impossibilidade da execução, nos prazos estipulados;

7.1.3 - O atraso injustificado no início da execução;

7.1.4 - A paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a **CASAN**;

7.1.5 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outro, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e neste Termo;

7.1.6 - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

7.1.7 - O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

7.1.8 - A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

Parágrafo único: A **CASAN**, quando em casos de serviços essenciais, poderá ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do Contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pela **CONTRATADA**, bem como a execução da garantia contratual na hipótese de rescisão para ressarcimento da administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidas, mediante motivação nos autos de processo administrativo, devidamente conferido o direito ao contraditório e da ampla defesa.

7.2 - FORMAS DE RESCISÃO

A rescisão do Contrato poderá ser:

7.2.1 - Determinado por ato unilateral e escrito da **CASAN**, nos casos enumerados no item 7.1;

7.2.2 - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da Licitação, desde que haja conveniência para a **CASAN**. Esta rescisão deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

7.2.3 - Judicial, nos termos da legislação processual.

6

7CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 - DOCUMENTOS

Integram o presente Instrumento, como se nele estivesse transcrita; a proposta nº , datada de / / , e o Edital do Pregão Presencial nº 121/2016.



**COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

www.casan.com.br - www.licitacoes-e.com.br - pregao@casan.com.br



8.2 - FORO

As Contraentes elegem com expressa renúncia de qualquer outro mais privilegiado, o Foro da Comarca da Capital, SC, para solução de quaisquer questões emergentes, ao presente Contrato.

E, por assim estarem justas e acertadas, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, ____ de _____ de 20__.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN.

RAZÃO SOCIAL CONTRATADA